

Justiça Fiscal

Ano 3/Número 9/outubro 2011



**ÉTICA E
TRIBUTAÇÃO**
em debate com o
professor Mario
Sergio Cortella



Tudo pronto para
**11º ENCONTRO
NACIONAL**
dos Procuradores da
Fazenda Nacional

**REITOR DA UDF
aponta parcerias
público-privadas
para revolução
educacional no
Brasil**



INSS
mais dinâmico
sob a gestão de
Advogado Público



Sumário

7	SINPROFAZ debate reforma do Estatuto com filiados
8	Relançamento da campanha “Honorários para todos”
11	Opinião: desvalorizar Advocacia Pública é miopia política
12	AGU como Função Essencial à Justiça em debate
13	O cotidiano da unidade estadual da PGFN em João Pessoa
14	Campanha “Quanto custa o Brasil pra Você?” volta a Recife
16	Artigo: a antecipação de tutela sem a oitiva da União
18	O INSS sob o comando de um Advogado Público
21	Parceria público-privada pode revolucionar educação
28	Congresso do IDP coloca em discussão Estado Social de Direito
30	Justiça Fiscal em pauta na coluna Centro de Estudos
34	Homenagem a PFN e à Advocacia Pública
36	Ética e tributação na visão do Doutor Mario Sergio Cotella
39	Céu de Brasília é um convite à prática de esportes aéreos
43	Tudo pronto para 11º Encontro Nacional de PFNs



Diretoria do SINPROFAZ – Biênio 2011/2013

Presidente

Allan Titonelli Nunes

Vice-presidente

Roberto Rodrigues de Oliveira

Diretora Secretária

Kalyara de Sousa e Melo

Diretor Administrativo

João Soares da Costa Neto

Diretora Jurídica

Deysi Cristina D'rolt

Diretor de Assuntos Profissionais e Estudos Técnicos

Heráclio Mendes de Camargo Neto

Diretor de Relações Intersindicais

José Valter Toledo

Diretora Cultural e de Eventos

Chrissie Rodrigues Knabben Gameiro Vivancos

Diretor de Assuntos Relativos aos Aposentados

José Vilaço da Silva

Diretor de Comunicação Social

Jânio Nunes Vidal

Diretor de Assuntos Parlamentares

Filemon Rose de Oliveira

Suplentes

Regina Tamami Hirose

Joélcio Martins da Silva Filho

Edson Soares da Costa

Bradson Camelo

SINPROFAZ – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional
SCN - Quadra 06 - Ed. Venâncio 3000 - Salas 403, 415 e 416 - CEP 70716-900 - Brasília-DF
Telefax: (61) 3964-1218
E-mails: sinprofaz@sinprofaz.org.br infosind@solar.com.br

REVISTA JUSTIÇA FISCAL – Ano 3, n. 9, outubro/2011

Editada por: F4 Comunicação - Tel.: (61) 3321-8200

Idealizador e Diretor de Redação: João Carlos Souto

Editora e jornalista responsável: Viviane Ponte Sena

Reportagem e Redação: Fabrício Marques e Viviane Ponte Sena

Projeto Gráfico: Fernanda Medeiros

Capa e fotos: Eurípedes Teixeira e arquivo Sinprofaz

Tiragem: 10 mil exemplares



Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não se constituem necessariamente a linha editorial da revista.

Da Áustria aos céus de Brasília

Quisera a Revista Justiça Fiscal ter mais páginas para que pudéssemos proporcionar ao público leitor mais informações sobre os temas que ocupam algumas das páginas da presente edição, a de n. 9.

O Professor Otávio Luiz e o Ministro Dias Toffoli lançaram, em agosto, a “Autobiografia de Hans Kelsen”, o gênio austríaco criador do controle concentrado de constitucionalidade das leis. Estive no lançamento. Lá estava metade do mundo jurídico de Brasília. Lá estava também o tetracampeão e Deputado Federal Romário. Sobre esse acontecimento escrevi o texto “Kelsen bateu um bolão”, ampliado e reproduzido nesta edição.

Renato Rezende, jovem e talentoso Reitor da UDF, a mais antiga instituição de Ensino Superior de Brasília, fala, com entusiasmo, sobre perspectivas da Educação Superior no Brasil. Ainda em Brasília a RJF cobriu o encontro nacional de balonismo que coloriu o Céu da Capital, naturalmente belo e inspirador.

A ANAJUR, entidade de classe que representa a Carreira de Advogado da União, completou 25 anos e prestou justa homenagem ao Dr. Saulo Ramos, um dos responsáveis pela criação da AGU. Ricardo Franco, expoente na luta por melhores condições para o advogado público, faleceu no mês de setembro. A RJF presta uma singela homenagem nesta edição.

Heráclio Camargo, PFN em São Paulo, que escreve como se fosse Tennessee Williams, produz um estudo que merece nossa atenção acerca do Seminário Internacional sobre Justiça Fiscal, com informações detalhadas sobre o evento e os temas nele discutidos.

O SINPROFAZ reedita “Os Números da PGFN”, excelente trabalho de autoria do Procurador da Fazenda Nacional lotado no Estado da Paraíba, Dr. Marco Gadelha, que para nossa honra foi publicado pela primeira vez durante o nosso segundo mandato à frente do SINPROFAZ. Mais do que relevante é em verdade necessário que os Procuradores da Fazenda Nacional, sem distinção, leiam, debatam e, acima de tudo, propaguem esse diagnóstico que demonstra a absoluta condição superavitária da instituição PGFN. Mais uma boa iniciativa do Presidente Allan Titonelli.

Por último, e nem por isso menos relevante, o filósofo Mario Sergio Cortella é entrevistado e discorre sobre “Ética e Tributação”.

Boa leitura.

João Carlos Souto
Diretor de Redação da Revista Justiça Fiscal
Coordenador do CEJURIS



SINPROFAZ nas redes sociais

Em continuidade à estratégia de comunicação interativa, o Sindicato passou a atuar nas redes sociais da internet. Desde 1º de agosto, Twitter, Facebook e Youtube tornaram-se canais essenciais para a abordagem de temas relacionados à carreira de PFN que merecem, podem e devem alcançar um público mais amplo. Da mesma forma, esses instrumentos do SINPROFAZ são espaços livres, democráticos, abertos e, sobretudo, colaborativos para a discussão de outros assuntos relevantes de interesses diversos. O sucesso do SINPROFAZ nas redes sociais depende, primordialmente, da participação dos filiados. Se você já tem o hábito de postar na Lista de Discussão, experimente incluir algumas de suas mensagens no Twitter, Facebook e compartilhar os vídeos exibidos no canal do Sindicato no Youtube.

Visitas estaduais

• Anova diretoria do SINPROFAZ implementa ações com vistas à aproximação com os filiados e estímulo à participação nos debates que envolvem a carreira. Neste sentido, o presidente Allan Titonelli cumpriu agenda de visitas a unidades da PGFN nos estados.

• No período de dois meses, o presidente, acompanhado do advogado do Sindicato em algumas oportunidades e também de delegados sindicais, visitou PFNs lotados nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Goiânia, Teresina, Recife e Brasília.

• Nas reuniões, os filiados conheceram as metas e o calendário de ações da nova diretoria do Sindicato, es-

clareceram dúvidas sobre as principais ações judiciais em curso, andamento das negociações salariais e as medidas adotadas pelo SINPROFAZ com vistas a melhorias nas condições de trabalho. Os PFNs puderam tirar dúvidas pessoais, apresentar sugestões e relatar os problemas da realidade local.

• O SINPROFAZ convida os colegas a participarem das próximas reuniões convocadas pela entidade nos estados que ainda não foram visitados. É muito importante que os Procuradores da Fazenda emitam suas opiniões nos debates que envolvem a carreira. O alcance de nossos objetivos depende da mobilização de todos.

Errata

Justiça Fiscal republica foto da edição n. 8, de junho de 2011, página 38, que continha erro nas informações da legenda.



Diretor-Geral do Centro de Altos Estudos (CEAE) da PGFN, Júlio Cesar Faria; Procurador-Geral Federal, Marcelo Siqueira; Embaixador dos EUA, Thomas Shannon; João Carlos Souto, Presidente do Forum; Daniele Russo, PGFN-Adjunta; Ministro Carlos Henrique Abreu; Francisco Caputo, Presidente da OAB-DF; e Ministro Nilo Barroso, representante da Comissão de Relações Exteriores da Câmara

O adeus a Leon

Ícone da velha guarda da carreira, ele contribuiu muito para a consolidação da PGFN. Entre seus feitos, destaque para a co-autoria da Lei de Execução Fiscal. Leon faleceu em 25 de julho de 2011

Recentemente, Leon Frejda havia sido homenageado em livro que resgata a história da Lei de Execução Fiscal (LEF), presente no cotidiano de vários Procuradores da Fazenda lotados Brasil afora.

A publicação foi coordenada por três PFNs da nova geração: Ingrid Caroline, Sara de França e Herta Rani.

Em matéria publicada na última edição da Revista Justiça Fiscal, de julho de 2011, a PFN Ingrid reforçou a admiração por Leon dizendo que o considera um pai espiritual, cuja luz vem seguindo desde a época de faculdade. “Mesmo sem a presença do Leon nos momentos finais do trabalho, percebemos como a convivência

com ele já havia nos trazido um amadurecimento”, revelou.

Segundo Ingrid, a maior lição absorvida com Leon foi o próprio exemplo de ousadia que ele representou ao longo dos anos em que se dedicou à Procuradoria. “Ele não se esquivou diante de nenhuma dificuldade”.

Apesar do estado debilitado, por problemas de saúde, o homenageado Leon Szklarowsky compareceu ao lançamento do livro em 11 de maio deste ano. Na oportunidade, ele brindou a platéia com breve discurso ressaltando: “eu estou grato a todos indistintamente. Gratíssimo aos meus colegas da Procuradoria porque a homenagem não é a mim, é à Procuradoria”.



Fala PFN

Leon Frejda Szklarowsky foi um radical. Acima de tudo foi um radical. Uso a palavra radical no sentido daquele que busca, com toda a intensidade, a essência das coisas e a mais enérgica forma de realizar uma atividade, por mais singela que seja. Foi um jurista radical. Foi um escritor radical. Foi um advogado radical. Foi um expositor radical. Abraçava desafios. Mergulhava de cabeça nas inovações, sobretudo tecnológicas. Comprometeu-se, como poucos, com a carreira de Procurador da Fazenda Nacional e a instituição Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Projetou, como poucos, sobretudo nos meios jurídicos, a carreira e a instituição. *Aldemario Araujo Castro*

Falar do Dr. Leon Frejda Szklarowsky é necessariamente referir-se a um Servidor Público naquilo que há de mais essencial e qualificado neste termo. Em tal sentido, o Professor Leon Szklarowsky, do alto de suas preocupações republicanas, jamais desvestiu-se da condição de Procurador da Fazenda Nacional, em qualquer que fosse o foro, circunstância ou momento. Tive a ventura de vê-lo em ação seja refletindo, debatendo ou por textos: o seu permanente empenho era pela causa pública. Verdadeira inspiração. *Agostinho Netto*

Atuação decisiva de PFN no TCU

Procurador da Fazenda Nacional lotado na DEAEX/CGU/AGU, Alexandre Cairo, tem papel relevante na defesa de Advogado da União junto ao Tribunal de Contas da União

Em junho do ano passado, o Advogado Geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, assinou a Portaria nº 1016, determinando os procedimentos a serem adotados para a representação e a defesa extrajudicial dos órgãos e entidades da Administração Federal e na defesa de gestores junto ao Tribunal de Contas da União.

Fica explícito no artigo 9º da Portaria que “a defesa dos gestores pela Advocacia-Geral da União, junto ao Tribunal de Contas da União, dar-se-á mediante solicitação do interessado dirigida ao DEAEX/CGU/AGU”.

Baseado nessas determinações, o diretor do DEAEX, Rafaelo Abritta, designou o Procurador da Fazenda Nacional Alexandre Cairo para defender o Advogado da União Guilherme Carloni Salzedas, em um caso emblemático em que ele foi multado, juntamente com outros gestores do Ministério da Integração Nacional, pela emissão de um parecer em um procedimento administrativo referente a um convênio no qual foram apuradas irregularidades.

A defesa

Inicialmente, o TCU havia aceito os argumentos de defesa do Advogado da União Guilherme Carloni no caso. No entanto, um recurso apresentado pelo Ministério Público agravou a situação de alguns integrantes do Ministério envolvidos no caso. “Foi então que o Advogado da União se viu condenado



O PFN Alexandre Cairo foi designado para defender Advogado da União

juntamente com outros gestores pelo parecer emitido. Analisamos o caso e percebemos que o recurso do colega poderia ter uma tese mais interessante”, explica o PFN Alexandre Cairo.

O DEAEX/CGU/AGU entrou com uma petição de esclarecimento junto ao Tribunal, subscrita pelo Procurador da Fazenda Nacional e pelo Diretor do DEAEX, sustentando que o advogado público, conforme entendimento consolidado no próprio TCU e no STF, só pode ser responsabilizado nos casos de dolo ou erro grosseiro.

“Como o colega havia tido suas razões aceitas pelo TCU inicialmente, resolvemos arguir a ausência de tal erro grosseiro, já que um erro, quando grosseiro, mostra-se notório para qualquer um dos membros do Tribunal”,

conta Cairo. “A decisão de multar o Advogado da União só saiu depois do posicionamento pessoal de um membro do MP, logo, em razão dessa divergência de entendimento, jamais se poderia entender que existiu erro grosseiro”.

O Procurador-Geral Substituto do Ministério Público junto ao TCU, designado para se pronunciar no processo, aceitou os argumentos e proferiu parecer favorável ao Advogado da União Guilherme Carloni. A tese foi sustentada e acatada também em plenário, tendo a decisão beneficiado não apenas ao AU, mas a todos os que assinaram com ele o parecer.

Marco

A atuação do DEAEX/CGU/AGU no caso não parou na decisão favorável ao Advogado da União. Com base no julgamento do advogado público Guilherme Carloni, o Departamento iniciou também, no âmbito do TCU, a sustentação da tese de que não compete ao Tribunal de Contas da União avaliar a presença ou não de erro grosseiro na atuação de Advogados da União.

“Essa avaliação cabe à Corregedoria da AGU, nos termos de nossa Lei Complementar. De tal forma que, somente se a corregedoria constatasse a presença de erro grosseiro, é que o TCU poderia tomar alguma medida contra os membros da AGU”, explica o Procurador Cairo. ■

Filiados debatem reforma do Estatuto

Na Assembleia realizada em 12 de agosto, a principal deliberação foi a de rever o Estatuto do SINPROFAZ. Em primeiro momento, reforma será parcial e transitória

Além do presidente Allan Titonelli, a Assembléia contou com a presença de diretores do SINPROFAZ, PFNs lotados em Brasília e outros estados e foi transmitida, ao vivo, pelo site do Sindicato.

Na abertura da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o presidente fez um breve balanço da agenda que havia cumprido na Câmara dos Deputados durante a semana. Ele liderou a comitiva do Forum Nacional da Advocacia Pública Federal que, entre os dias 9 a 11 de agosto, visitou parlamentares com o objetivo de reiterar a necessidade de tratamento isonômico entre as Funções Essenciais à Justiça. As audiências aconteceram prioritariamente com os membros da Comissão Especial da PEC 443/09.

No que diz respeito à propositura de ações judiciais, houve duas deliberações importantes: uma para garantir o cumprimento imediato da Lei, com a realização de concurso público para a carreira de PFN e outra para

requerer a isonomia no pagamento do auxílio-alimentação.

Outras deliberações que merecem destaque são: a recondução dos membros do Conselho Fiscal e da Junta de Julgamento, visando acertar o calendário eleitoral do SINPROFAZ; a realização de enquetes eletrônicas, que terão caráter eminentemente indicativo, em face das limitações do estatuto; e a reforma parcial e transitória do Estatuto do Sindicato.

Para tratar deste último ponto, em reunião da diretoria do SINPROFAZ, realizada em 5 de julho, havia sido designada Comissão de Reforma do Estatuto, sob a coordenação do PFN Jânio Vidal.

Os termos da proposta de reforma parcial e transitória foram apresentados ao conjunto da categoria na última AGE. Foi estabelecido um prazo de 30 (trinta) dias, contados da data desta Assembleia, para oferecimento de críticas e sugestões.

Neste período, a categoria encaminhou sugestões à Comissão de

Estatuto que finalizou a proposta a ser submetida a uma nova AGE, convocada para esta finalidade.

Os membros da carreira já foram convocados para AGE permanente que se encerrará e terá resultado proclamado durante o Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, agendado para 17 a 20 de novembro de 2011.

A reforma estatutária tem, inicialmente, cunho parcial e transitório, para contemplar três questões mais urgentes: i) a possibilidade de convocações, intimações e notificações dos filiados por meios eletrônicos (e-mail); ii) a possibilidade de deliberações da categoria por meios eletrônicos (votações virtuais), e iii) a reforma estatutária completa e definitiva.

A participação dos filiados na Assembleia Geral Extraordinária convocada para tratar do assunto também foi garantida por procuração eletrônica postada na área restrita do site do SINPROFAZ. ■

Os números da PGFN

O SINPROFAZ divulga edição atualizada da publicação, redigida pelo PFN Marco Gadelha. Exemplares já estão sendo distribuídos em eventos com participação de membros da carreira.

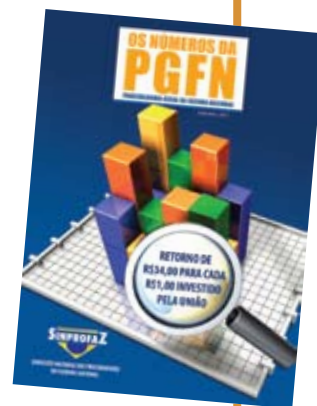
A Diretoria do Sindicato, mais uma vez, agradece a colaboração de Marco Gadelha por elaborar material que tanto contribui para a divulgação da carreira.

Recentemente, foram distribuídos exemplares da publicação em eventos que contaram com a participação de Procuradores

da Fazenda, o XIV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional e o XI Congresso Internacional de Direito Tributário de Pernambuco.

Nesses dois congressos, os PFNs relataram os feitos da carreira, bem como as dificuldades existentes, tudo na perspectiva de reiterar a necessidade de que os membros da carreira tenham melhores condições de trabalho e prerrogativas asseguradas.

Acesse a nova edição na página do SINPROFAZ (www.sinprofaz.org.br).



Carreiras da Advocacia Pública estão mobilizadas

Depois da frustração nas negociações com o governo sobre a reestruturação remuneratória das carreiras, Forum Nacional da Advocacia Pública Federal relança campanha "Honorários para todos"

A campanha busca evidenciar a importância de se estabelecer um marco legal que possibilite aos Advogados Públicos Federais a percepção do fruto pelo bom trabalho desenvolvido, conforme já prevê a legislação de mais de uma dezena de Estados em relação a seus Procuradores.

O relançamento da campanha foi uma das medidas encampadas pelas entidades que compõem o Forum Nacional da Advocacia Pública Federal como reação à negativa do governo federal em conceder reajuste salarial às carreiras.

Outra iniciativa recente do Forum e também do SINPROFAZ, individualmente, foi a proposição de ações judiciais, a exemplo do ingresso como amicus curiae no Recurso Extraordinário (RE) 565089, em curso no Supremo Tribunal Federal com repercussão geral, pelo qual é requerida indenização aos servidores públicos em virtude de não terem recebido revisão geral anual em seus vencimentos.

Para retomar o debate sobre a percepção dos honorários, o Forum Nacional convocou os membros das carreiras para ato no Conselho Federal da OAB, realizado em 21 de setembro.

Procuradores da Fazenda



Nacional, Advogados da União, Procuradores Federais e Procuradores do Banco Central compareceram no relançamento da campanha "Honorários para todos", principal evento de mobilização promovida pelo Forum Nacional para demonstrar ao governo a necessidade de reestruturação da Advocacia Pública Federal.

A mesa de trabalhos, além dos representantes das entidades que compõem o Forum Nacional, foi composta pelo presidente da Associação Nacional dos Procuradores

de Estado (Anape), Juliano Dossena, e por conselheiros da OAB Federal e das seccionais do Distrito Federal e do Espírito Santo.

O presidente do Forum Nacional, Allan Titonelli, ao comentar sobre a importância de valorização dos advogados públicos, lembrou que "na maioria dos Ministérios com indícios de corrupção, não há membros das carreiras da Advocacia Pública Federal ocupando os cargos de consultor jurídico".

Na abordagem sobre o tratamento isonômico da AGU em relação às demais Funções Essenciais à Justiça, Titonelli demonstrou que a situação dos advogados públicos federais é também desfavorável na comparação com os Procuradores de Estado. "Isto porque, nas poucas unidades federativas onde o Procurador de Estado não recebe honorários, há equiparação salarial com a Magistratura e o Ministério Público", revelou. O presidente da Anape, Juliano Dossena, confirmou a declaração de Titonelli.

Projetos

A concretização da percepção dos honorários pelos advogados públicos pode ser resolvida na esfera legal, por projeto de lei. Na Câmara, há duas proposições com este objetivo: o PL 1.754/11,

do deputado Ronaldo Benedet (PMDB/SC), e o PL 2.279/11, do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE).

O deputado Benedet fez questão de comparecer ao evento no Conselho Federal da OAB. Advogado de profissão, informou que a participação neste ato do Fórum lhe proporcionava a primeira visita à sede da Ordem. Ele reiterou seu apoio à luta dos advogados públicos dizendo que “os honorários são fruto da competência, da expertise da atuação do advogado, por isso apresentei o projeto que corrige uma injustiça”.

O PL 1.754/11 está com tramitação mais avançada do que o PL 2.279/11. Até o fechamento desta edição, o projeto inclusive já contava com parecer pela aprovação do relator na Comissão de Segurança Pública, o deputado Nelson Pellegrino (PT/BA). A propósito, o PL precisou passar por este colegiado por também autorizar porte de arma aos advogados.

Apio da Ordem

A acolhida do Conselho Federal da OAB aos pleitos da Advocacia Pública tem sido muito importante neste momento decisivo para as carreiras.

Em suas breves considerações, o secretário-geral da Ordem, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, reforçou que “a OAB estará sempre à disposição para agir efetivamente ao lado do Fórum Nacional. Quando forem ao Congresso, nos acionem. Podemos colaborar nas reuniões de comissões, encontro com deputados, redação de pareceres, enfim, em tudo que for preciso fazer para esses projetos andarem”.



Relançamento da campanha ocorreu na sede do Conselho Federal da OAB

É com este mesmo engajamento que o Fórum Nacional e a Diretoria do SINPROFAZ esperam contar com a colaboração e senso de defesa das carreiras.

Corpo a corpo

A Diretoria do SINPROFAZ atua de forma permanente no Congresso Nacional com a intenção de convencer os parlamentares sobre a importância de assegurar às carreiras da Advocacia Pública Federal as prerrogativas inerentes às Funções Essenciais à Justiça.

Além das PECs 443/09 e 452/09, a percepção dos honorários advocatícios também está em foco. Nas conversas com os parlamentares, o presidente Allan Titonelli e outros diretores do Sindicato têm reforçado o argumento de que “a medida não representa qualquer impacto orçamentário para o Erário Federal, sendo todo o ônus suportado pela parte adversa e vencida nas demandas que a União e suas Autarquias figuram no pólo da demanda”.

Histórico

A campanha “Honorários para todos” foi lançada pioneiramente no dia 19 de agosto de 2009 no plenário do Conselho Federal da OAB, em Brasília, com a presença do presidente nacional da Ordem, Cezar Britto, e do vice-presidente, Vladimir Rossi Lourenço.

Naquela oportunidade, Cezar Britto, deixou claro que o sucesso da campanha tem relação direta com a primeira decisão do Pleno da OAB de tornar a Comissão Nacional da Advocacia Pública permanente. “Isso significa o reconhecimento interno da importância da Advocacia Pública”, comentou.

O PFN e ex-presidente do SINPROFAZ, João Carlos Souto, que presidia o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal naquele momento, destacou o apoio do Conselho Federal da OAB para assegurar o direito de todos os advogados. “Estamos convictos que, com o apoio da OAB, haremos de sensibilizar o governo para a situação absolutamente

irregular, ilegal, inconstitucional da supressão de um direito que é nosso, assegurado por lei e que nos pertence”.

Portanto, a sintonia entre Fórum Nacional e OAB já data daquele período, quando, inclusive, o PFN João Carlos Souto e o ex-presidente da Ordem, Cezar Britto, elaboraram artigo em conjunto que foi publicado no jornal *O Estado de Minas* e no site *Consultor Jurídico*.

AGU Mobilizada

Para efetivar o papel atribuído à Advocacia Pública Federal de Função Essencial à Justiça, é necessário tornar a AGU um órgão mais estruturado e eficiente, permitindo-a defender melhor o patrimônio público e atender os preceitos constitucionais. Para isso ocorrer, é necessário:


- Criar carreiras de apoio, objetivando dar maior celeridade e eficiência nos trâmites operacionais, realizando-se os concursos públicos necessários a esse provimento;

- Implantar remuneração isonômica às demais Funções Essenciais à Justiça e às Procuradorias dos Estados, evitando o elevado índice de evasão e comprometimento da atividade de defesa do Estado;

- Introduzir pagamento de honorários, direito do advogado público, tendo em vista que é dever da parte sucumbente pagar honorários ao advogado da parte adversa, o que configura, na atualidade, como apropriação indébita da União;

- Modernizar as instalações e funcionalidades técnicas dos sistemas de informática;

- Instituir prerrogativas isonô-



INSUSTENTÁVEL

AGU Superavitária e Carreiras Subvalorizadas

- Estrutura insuficiente
- Falta de carreiras de apoio
- Remuneração incompatível com o alto nível de especialização dos profissionais

AGU MOBILIZADA!

micas àquelas existentes para os Magistrados e Promotores, visando dar condições de igualdade no enfrentamento judicial;

- Prover todo o quadro efetivo de Advogados da União, Procuradores Federais, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores do Banco Central.

A despeito das enormes conquistas alcançadas pela AGU,

os Advogados da União, Procuradores Federais, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores do Banco Central não estão sendo valorizados. Investir na melhoria da eficiência administrativa do país e nos seus órgãos estratégicos (AGU) é evitar desperdícios, defender o patrimônio público e gerar maiores receitas para a União. ■



Desvalorizar a Advocacia Pública é miopia política

Antônio Augusto de Queiroz*

Poucas carreiras na administração pública reúnem tantas condições favoráveis e são merecedoras de melhoria remuneratória quanto as da advocacia pública, inclusive com possibilidades que não oneram os cofres da União.

Os integrantes das carreiras jurídicas da Advocacia-Geral da União e da Defensoria Pública, assim como os Procuradores do Banco Central, vão para o segundo ano consecutivo sem qualquer atualização salarial, o que amplia a defasagem em relação a outras carreiras que exercem Funções Essenciais à Justiça, nos termos do capítulo IV da Constituição Federal.

A desvantagem remuneratória das carreiras da Advocacia Pública federal possui dupla jurisdição porque acontece tanto em relação aos magistrados e membros do Ministério Público da União, quanto em comparação com seus colegas advogados públicos no plano estadual.

Os advogados públicos estaduais, graças ao trabalho de suas associações de classe junto aos governos e as assembleias legislativas, ou estão com seus vencimentos equiparados aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público ou fazem jus aos honorários sucumbenciais, uma excelente forma de complementação remuneratória, além da faculdade, na maioria dos Estados, do exercício da advocacia privada.

As entidades representativas das carreiras jurídicas federais, isoladamente ou por intermédio do Forum Nacional da Advocacia Pública, têm atuado com vigor em diversas frentes para resgatar a dignidade remun-

neratória de seus representados.

A primeira frente de luta, garantida na Constituição e nas leis em vigor, tem sido a defesa, junto ao governo federal, de uma política salarial permanente que reponha o poder de compra dos salários, corroído e defasado pelo processo inflacionário.

A segunda trincheira de defesa da preservação do poder aquisitivo tem sido o Congresso, onde tramitam as propostas de emenda à Constituição (PEC) 443 e 452, ambos de 2009, que visam respectivamente a equiparação salarial e a autonomia administrativa e orçamentária assegurada aos membros de órgãos e poderes também considerados essenciais à Justiça.

A terceira frente diz respeito à defesa, junto aos Poderes Executivo e Legislativo, do direito ao recebimento de honorário sucumbencial, um prêmio concedido ao advogado da parte vencedora em face do êxito alcançado, que considera o valor da causa e a complexidade da matéria, além de outros critérios definidos pela Justiça.

Os honorários sucumbenciais pertencem ao advogado da parte vencedora, inclusive no caso do advogado público, mas o governo federal tem se apropriado, indebitamente, desses recursos e utilizado para a composição do superávit primário, em lugar de entregá-los aos seus verdadeiros donos, os Advogados Públicos.

A função saneadora do advogado público é imprescindível, tanto no aspecto da ética republicana, quanto na proteção do patrimônio

e do erário públicos. As carreiras jurídicas da União atuam no consultivo, especialmente no controle da legalidade das políticas públicas e dos atos governamentais, e também no contencioso, defendendo o patrimônio, os agentes públicos e, principalmente, o erário, seja recuperando crédito, seja evitando devolução de tributos.

Deixar de valorizar essas carreiras com remuneração adequada e condições dignas de trabalho, além de miopia política, é um completo desatino, porque despreza o que há de mais importante na máquina pública: funcionários qualificados, comprometidos com a efetividade das políticas públicas e defensores dos valores republicanos e do Estado Democrático de Direito.

A presidente Dilma, caso não atenda às reivindicações dessas e de outras carreiras do serviço público, estará cometendo uma grande injustiça para com esses servidores que têm contribuído para o sucesso de seu governo em tudo aquilo que coincida com o interesse público. Os advogados públicos são funcionários de estado e dão o melhor de si para a defesa dos interesses do país, muitas vezes, como está sendo o caso, sem a correspondente valorização. Que o governo, em geral, e a presidente, em particular, perceba o erro que comete ao não valorizar esses servidores públicos. ■

**Jornalista, analista político, diretor de Documentação do DIAP e assessor parlamentar do SINPROFAZ. Publicado originalmente na revista eletrônica Consultor Jurídico em 23 de setembro de 2011.*

Forum Nacional debate AGU como Função Essencial à Justiça

Presidente do SINPROFAZ, Allan Titonelli, coordenou oficina no V Seminário sobre Advocacia Pública Federal. Debate reuniu representantes das entidades que compõem o Forum Nacional

O evento foi promovido pela Escola da Advocacia-Geral da União entre os dias 19 a 21 de setembro no Centro de Convenções Uyses Guimarães em Brasília. O homenageado desta edição foi o advogado e jurista Saulo Ramos.

Em suas manifestações, o jurista ressaltou a importância do advogado público para a defesa da legalidade e a efetivação de políticas do estado em benefício da sociedade. "Assim como a saúde é importante para os indivíduos, a legalidade é importante para o Estado", afirmando que são os advogados públicos que defendem a legalidade. "São os médicos do Estado", destacou.

Além dos dirigentes do Forum Nacional, compareceram à abertura do evento o Advogado-Geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, o presidente da República em exercício, Michel Temer, e o presidente do Senado, José Sarney.

Para o presidente do Forum Nacional, Allan Titonelli, o evento refletiu a grandiosidade das carreiras responsáveis pela defesa do Estado e ao erário. "São Carreiras Essenciais à Justiça e que trabalham para garantir a viabilidade de políticas públicas e defender a legalidade. Este evento reflete bem isso".

Painel do Forum

Na oficina que reuniu representantes do Forum Nacional, Allan Titonelli coordenou os trabalhos e os demais dirigentes do colegiado



Wesley Mcallister/AscomAGU

participaram como debatedores.

Titonelli afirmou que o papel da defesa do Estado e da sociedade pode ser melhor debatido através de seminários como esse. "O seminário é muito importante para a AGU discutir o papel constitucional de Função Essencial à Justiça. A inclusão da AGU entre essas Funções decorre do seu papel de defesa do Estado e da sociedade, na medida em que exercerá a defesa, a consultoria, o assessoramento da União, resguardando a legalidade e constitucionalidade dos seus atos", disse.

Entre as argumentações de Titonelli durante a palestra, destaque para o esclarecimento de que "a atuação da Advocacia-Geral da União na fase do planejamento, da formação, e da execução da política pública propiciará um planejamento estratégico do Estado, bem como a redução de demandas. Isso porque,

a atuação da AGU deve transcender a defesa míope da União, ajudando a atender às atribuições que o Estado moderno requer, precipuamente, a viabilização das políticas públicas em favor da sociedade, o que, em última análise, importa em resguardar o interesse público, consubstanciado pela defesa do bem comum".

Stand

O stand do Forum Nacional montado no V Seminário sobre Advocacia Pública Federal ficou pequeno para a quantidade de membros das carreiras da AGU que compareceram no local.

Durante os três dias do evento, os visitantes do stand tiveram acesso a materiais informativos sobre as entidades que compõem o Forum Nacional, a Advocacia Pública e as carreiras. ■

Objetivo: ser PFN

Impropriedades comentadas por professores sobre a PGFN serviram de combustível para que Procurador fizesse concurso de ingresso na carreira. Hoje, Cesar Verzulei responde por chefia em unidade estadual

Em 1993, Cesar Verzulei Lima Soares de Oliveira era apenas um calouro de Direito da Universidade Federal da Paraíba, quando começou a ouvir professores falarem sobre como era fácil ganhar processos contra a Fazenda Pública Federal.

“Fiquei contrariado com o que propugnavam alguns professores, aduzindo que era excelente advogar contra a Fazenda Pública Federal. Diziam que esta não se defendia bem, que perdia tudo e pagava os precatórios em dia”, lembra Cesar.

E foi a partir das palavras daqueles professores que o jovem estudante traçou um objetivo. “Resolvi que gostaria de ser advogado público. Sonhei em ingressar nos quadros da AGU/PGFN e prestar a minha contribuição para mudar aquela realidade”.

Sete anos depois, o sonho de Cesar Verzulei Lima se tornou realidade. No dia 31 de julho do ano 2000, ele tomou posse no cargo de Procurador da Fazenda Nacional na unidade estadual da PGFN em João Pessoa-PB. Hoje, é procurador-chefe na mesma unidade em que começou e coordena o trabalho de 13 procuradores e 35 servidores, que dificultam bastante a vida dos integrantes da Dívida Ativa da União no Estado.

PGFN/PB

Há cerca de 20 anos, a Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado da Paraíba funciona no edifício sede do Ministério da Fazenda em João Pessoa, junto com a Delegacia da



Arquivo pessoal

Cesar Verzulei é o procurador-chefe da unidade da PGFN em João Pessoa

Receita Federal, a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda, o SERPRO e alguns órgãos não fazendários.

“A funcionalidade de estarmos próximos da DRF/JPA é enorme para nós, para eles e maior ainda para o cidadão usuário de nossos serviços”, conta o Procurador Cesar, que não tem problemas com relação ao espaço físico da PFN/PB. “Inclusive um órgão não fazendário está saindo do edifício, o que importará em ganho de espaço físico para nossa unidade em breve”.

Para ele, o maior desafio para gerenciar a unidade está na multiplicidade de funções. É preciso atender o nível de especialização que a PGFN exige de cada setor (dívida, defesa, consultoria administrativa, gestão de material e recursos humanos) e ao mesmo tempo atender às demandas judiciais e administrativas da instituição (inúmeros requerimentos dos devedores inscritos em DAU).

“Temos que estar atualizados quanto às constantes orientações da CDA e responder aos relatórios

exigidos. Despachamos inúmeros requerimentos dos devedores inscritos em DAU e, simultaneamente, devemos estar atualizados nas questões do direito administrativo para analisar as licitações e contratos, bem como estarmos atentos aos processos judiciais, à equânime distribuição dos mesmos entre os PFNs, aos prazos, e ainda acompanhar a administração de material de expediente da unidade, mobiliário, diárias”.

Outro desafio mais recente é a digitalização dos processos judiciais e administrativos. “São mudanças de grande porte que ocorrem sem prejuízo do trabalho nas demais tarefas, portanto é um período novo e desafiador”, explica.

Satisfação

A carreira de 11 anos na PFN é um orgulho para o Procurador que, desde a faculdade, sonhou em defender o erário nacional. “Minha maior satisfação é o atendimento do interesse público, saber que estamos defendendo corretamente o patrimônio público”, conta o Procurador Cesar.

Orgulho que se torna maior ainda quando enxerga os resultados do trabalho à frente da PFN/PB. “Acredito que estamos no caminho correto, pois, fazendo um comparativo da arrecadação gerada pela Procuradoria do nosso Estado com as demais da região, é possível perceber que, contrariando as expectativas, estamos próximos da arrecadação em Estados economicamente superiores. É um forte sinal de que estamos na trilha correta”. ■

Novos formigueiros

Campanha “Quanto Custa o Brasil pra Você?” é destaque em evento acadêmico sobre direito tributário, que também contou com a presença de PFNs nos ciclos de discussão

Depois de percorrer diversas cidades do país expondo em locais públicos a importância da justiça fiscal, a campanha “Quanto Custa o Brasil pra Você?” iniciou uma nova fase de participação em eventos acadêmicos como o XI Congresso Internacional de Direito Tributário de Pernambuco, em Recife, no fim de setembro. O congresso reuniu mais de 700 participantes, entre especialistas e autoridades do mundo jurídico do Brasil e do mundo.

“Esse debate sobre a questão tributária precisa ser amplo. Para conscientizar a sociedade, nós precisamos também do envolvimento das autoridades e do meio acadêmico. Não adianta só os Procuradores da Fazenda Nacional e algumas instituições que estão nos acompanhando fomentarem isso. A discussão precisa ser o mais abrangente possível”, afirmou o diretor administrativo do SINPROFAZ, João Soares.

Além da campanha, o Sindicato foi representado no Congresso com a participação do ex-presidente Anderson Bitencourt, que comandou uma mesa de debates com o tema: “Atualidades sobre planejamento tributário legítimo de atos negociados”.

“É muito importante essa inserção da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em eventos como esse congresso. Há inúmeros colegas de carreira que são mestres e



doutores e têm contribuído para as discussões relacionadas à reforma tributária e a tudo que envolve o sistema tributário nacional”, ressaltou Anderson.

“O direito tributário como aspecto econômico e social é muito importante para o SINPROFAZ. Não lutamos apenas pelas questões de prerrogativas da carreira, mas também queremos uma interação com a sociedade, buscando uma maior justiça fiscal, que é alcançada no combate à sonegação e na implementação de políticas públicas mais efetivas para o cidadão”, complementou o presidente do SINPROFAZ, Allan Titonelli.

Destaque no stand

As famosas “formiguinhas” da campanha “Quanto Custa o Brasil pra Você?” chamaram atenção dos participantes durante os três dias de Congresso. Carregando o peso da carga tributária do país nas costas, elas demonstraram a importância da justiça fiscal e a necessidade de conscientização da população em todo o país.

Congressistas e palestrantes também puderam participar da Feira de Impostos, onde tiveram contato com um jogo interativo no qual podiam sair às compras virtuais e observar o percentual de impostos cobrados e o custo desses tributos no preço final dos produtos.

Além de folhetos da campanha de conscientização tributária, foram distribuídas publicações que demonstram a imprescindibilidade do Procurador da Fazenda Nacional e a urgente necessidade de estruturação da PGFN, como o *Manual do Contribuinte*, a *Revista Justiça Fiscal* e a nova edição do relatório *Os Números da PGFN*.

“É muito importante uma campanha como essa que o SINPROFAZ está divulgando para informar as pessoas sobre os tributos e fazer com que todos estejam engajados em uma campanha nacional de luta pela redução da carga tributária. É importante também para a discussão do custo Brasil, pois uma carga tributária alta não afeta só o bolso das pessoas, afeta a economia e afasta os investimentos do país”, declarou a presidente do Instituto Pernambucano de Estudos Tributários (IPET) e organizadora do evento, Mary Elbe Queiroz.

Desburocratização do Estado

“A União como grande Liti-gante” foi o tema abordado na conferência do ministro chefe da Advocacia-Geral da União, Luís Inácio Adams, que abriu o último dia de discussões do Congresso. Primeiro Procurador da Fazenda Nacional a assumir a chefia da AGU, Adams falou sobre a importância de introduzir uma mudança de comportamento do Estado e da sociedade quando o assunto é a prestação de serviços essenciais à população.

Para o ministro, há uma morosidade nas ações judiciais causadas pela segmentação dos procedimentos e a falta de conexão entre as diversas instâncias envolvidas no processo. “É necessário um esforço de unificação e uniformi-



zação dos serviços. É um absurdo que o contribuinte que precisa resolver um problema tenha que passar pela lógica fragmentada da justiça brasileira”, afirmou.

Além da necessidade de desburocratizar o sistema tributário brasileiro, abordada pelo ministro Adams, os mais de 70 palestrantes do Congresso também trataram de temas como a guer-

ra fiscal, a reforma tributária, o aumento nas alíquotas do IPI, a segurança jurídica, a digitalização do contencioso da Receita Federal, a crise financeira e econômica da Europa e a criação de novos impostos. “Discutimos aqui o que existe hoje no país em termos de tributação e o que poderá acontecer para beneficiar o futuro”, concluiu Mary Elbe Queiroz. ■

A antecipação de tutela sem a oitiva da União – certidão de regularidade fiscal – prejuízos sofridos pela sociedade



Alexandre Carnevali da Silva

Prezado leitor, há um grave problema no dia a dia processual, sempre esquecido pela enorme carga de trabalho que reside no elevado número de processos ajuizados, mas cuja solução é de vital importância para uma Justiça Fiscal realmente presente, e pretendemos, nessas singelas linhas, demonstrá-lo.

Grande parte dos processos em que a Fazenda Nacional atua, excluindo as execuções fiscais, são os Mandados de Segurança que objetivam a expedição de certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa. A expedição de tal documento compete, dentro dos parâmetros administrativos, à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Tais processos são corriqueiros e há uma situação que entendemos ser de suma importância no que diz respeito à atuação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, não apenas como representante judicial da União, mas, como todos os demais órgãos públicos, representativa dos interesses da sociedade brasileira no âmbito da sua atuação.

O artigo 273 do Código de Processo Civil prevê a possibilidade da antecipação da tutela quando existir fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou se caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

Pois bem. É muito comum verificar empresas e pessoas físicas que, necessitando de certidão de regularidade fiscal, ingressam com Mandado de Segurança com o fim de obter tal documento. Via de regra, justifica-se a urgência do pedido por conta de licitações, empréstimos bancários ou outra atividade que, sem o referido documento, restará impraticável. Em relação à fumaça do bom direito, é muito comum a alegação da prescrição dos débitos ou pagamentos não alocados nos sistemas da Secretaria da Receita Federal ou da Dívida Ativa.

Assim instruído, o Poder Judiciário antecipa a tutela sem a oitiva da Procuradoria da Fazenda Nacional. Tal situação é muito comum, assim como é comum, após a instrução processual, a segurança ser indeferida, ou porque os débitos não estão prescritos, ou porque não há pagamento algum, ou por qualquer outra informação importante que surgiu após as informações da Procuradoria da Fazenda, como por exemplo, a juntada do processo administrativo correspondente.

Observe o leitor, contudo, que da liminar que determinou a expedição do documento pretendido até a sentença, ou outra decisão que desautorize a liminar, o interessado manteve a certidão de regularidade fiscal, e permaneceu com ela um bom tempo. Aí está o problema, ficou com ela sem a merecer, e a raiz

desse problema é a supressão da prévia oitiva da Fazenda Nacional antes do proferimento da decisão liminar.

Vale dizer que há um excesso na sistemática processual diária em elevar as alegações de urgência e fumaça do bom direito (que muitas vezes não tem tanta fumaça assim), a patamares irreais, que importa em verdadeira violação ao princípio do contraditório, ante a importância da tutela a ser deferida. Esse excesso se desenha no momento em que, em muitos casos concretos, a dívida é elevada, a empresa está em acompanhamento especial na Fazenda Nacional ou em situação aonde a própria interessada nunca procurou se regularizar, entrando com o instrumento mandamental apenas quando sentiu a necessidade da certidão, e buscando a mesma apenas em sede de tutela, sabedora da provável demora processual, e sem o ônus da sua real adequação fiscal.

A certidão negativa de débitos é, infelizmente, encarada pela maioria das pessoas, e mesmo no mundo jurídico, como um documento que interessa apenas à relação fisco versus contribuinte, tendo um espectro de uso restrito. Mas essa assertiva não é verdadeira. A certidão é um documento muito amplo, e tem um amplo espectro de uso, e não é usada uma única vez, para um único fim, mas pode sim (e acaba sendo) usada inúmeras vezes.

O problema reside na falsa premissa de que a certidão é um documento simples, que sua falta prejudica o interessado na medida da injusta burocracia estatal.

Na verdade, a certidão de regularidade fiscal tem crucial importância para a sociedade como um todo, pois ela é o retrato da própria idoneidade fiscal e financeira da empresa ou pessoa que a detem. É também um retrato, para o vulgo popular, de certeza de que o portador ou não tem dívida alguma ou, se a tem, pode pagá-la. Com base nisso, um número indeterminado de pessoas pode vir a se prejudicar na confiança que se deposita no sujeito. Por exemplo, se dessa confiança se realiza atos onerosos, para depois de um tempo se descobrir que o portador da certidão está em estado de insolvência ou que suas garantias estão todas comprometidas perante o fisco, que detem inclusive preferência na execução das mesmas.

Nesse sentido, citamos parte do quanto decidido no AgRg no REsp 734777/SC, Agravo Regimental no Recurso Especial 2005/0045575-9, que de forma clara e concisa revela, nos dizeres da própria ementa, que “busca-se dar segurança ao sistema como um todo, inclusive aos negócios jurídicos que terceiros, particulares, possam vir a celebrar com os devedores de tributo. A indevida ou gratuita expedição da certidão fiscal poderá comprometer gravemente a segurança dessas relações jurídicas, assumidas na crença da seriedade e da fidelidade da certidão. É risco a que estarão sujeitos, não propriamente o Fisco – cujos créditos, apesar de a certidão negativa sugerir o contrário, continuarão existindo, íntegros, inabalados e, mais ainda, garantidos com privilégios e preferências sobre os dos demais credores –,

mas os terceiros que, assumindo compromissos na confiança da fé pública que a certidão negativa deve inspirar, poderão vir a ter sua confiança futuramente fraudada, por ter sido atestado, por certidão oficial, como verdadeiro um fato que não era verdadeiro. Nessas circunstâncias, expedir certidão, sem rígidas garantias, atenta contra a segurança das relações jurídicas, especialmente quando o devedor não contesta a legitimidade do crédito tributário pendente.” (grifos nossos).

Assim, o amigo leitor pode perceber que em dadas situações, não abrir a oportunidade para a Fazenda Nacional se manifestar em Mandado de Segurança antes da concessão da ordem liminar, principalmente quando o objetivo é a obtenção de certidão negativa de débitos, se prejudica não apenas o

fisco federal, mas toda a sociedade brasileira que, de forma indiscriminada e não quantificável, realizará atos jurídicos, tendo em circulação um documento que não espelha a segurança jurídica que deveria espelhar.

Para se contornar a situação, imperiosa a necessidade de bem explicitar a importância do documento pretendido pela parte, e a importância da oitiva prévia da Fazenda Nacional para concessão de liminares, importância essa que transcende a relação fisco e contribuinte, fomentando o entendimento nos Membros do Poder Judiciário de forma a sensibilizá-los para o grande problema social oculto na expedição de uma simples (para alguns) certidão. ■

**Procurador da Fazenda Nacional
em São Bernardo do Campo*



O INSS sob o comando de um Advogado Público

Após oito meses no comando do Instituto Nacional do Seguro Social, presidente Mauro Hauschild, que é Procurador Federal, imprime ritmo mais dinâmico à Autarquia

Logo que assumiu a presidência do INSS, o Procurador Federal Mauro Hauschild notou que a experiência como Advogado Público o ajudaria na percepção de como a Casa funciona, se organiza, quais são suas finalidades e propósitos.

O ambiente da Previdência Social, que já lhe era familiar, principalmente porque ele havia participado da concepção do novo modelo de gestão do Instituto, voltava a fazer parte de seu dia-a-dia.

“Ao atuar na elaboração do novo modelo de gestão, tive a oportunidade de conhecer aquilo que a Casa planejava para o seu futuro. Chegar à presidência, depois de ter vivenciado o projeto na fase embrionária, e ver que a instituição, de fato, tinha uma linha de pensamento, que foi cumprida, é muito gratificante”, avalia Hauschild.

Na opinião de Mauro, a convicção que se formou durante o governo Lula, seus ministros da Previdência e presidentes do INSS concretiza-se agora no governo Dilma, com o ministro Garibaldi e também com a atual presidência do Instituto: aperfeiçoar a Previdência Social cada vez mais e poder prestar serviços melhores com atendimento de qualidade ao cidadão.

Diagnóstico do sistema

Hoje a Previdência tem sistemas de controle, monitoramento e também conhecimentos mais profundos na



área de auditoria e de corregedoria que permitem que antecipemos os movimentos. Na verdade, ainda corremos atrás, ou seja, o fraudador continua um pouco à nossa frente. Mas, se avaliarmos o processo histórico, há um parâmetro interessante de comparação. Se há alguns anos, quando se falava de fraude, os números rondavam um bilhão de reais, as grandes operações de hoje revelam irregularidades na ordem de cinco milhões de reais e a grande maioria não chega à cifra de milhão.

Isto é uma demonstração de que a Previdência está, a cada dia, se aperfeiçoando e, em parceria com instituições como a Polícia Federal e o

Ministério Público, ocorre uma redução que caminha para a erradicação das fraudes no âmbito do INSS e da Previdência como um todo.

Existe, inclusive, um termo de cooperação técnica entre a Previdência e a Polícia Federal, pelo qual a Previdência transfere recursos para a Polícia Federal que viabilizam as operações e organizam a Delegacia Especializada em Crimes contra a Previdência.

Soluções em andamento

O pagamento indevido de benefícios ainda é um dos problemas a superar. Mas, a cada dia, estamos aperfeiçoando nossas ferramentas

de controle. Por exemplo, há avanços nas negociações com a Dataprev para o aprimoramento dos nossos sistemas. O sistema da malha da GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social) é uma ferramenta importantíssima. Também estamos discutindo com a Caixa Econômica a entrega da base de informações relacionando as pessoas ou instituições autorizadas a enviarem GFIP. Esses dados vão ser confrontados com a base do CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais). Será um passo importante poder utilizar esse conhecimento e tecnologia da Caixa para que possamos evitar duplicidade ou informação cadastral de vínculos extemporâneos.

Outra solução em andamento é a integração do CNIS no país inteiro em plataforma baixa, ou seja, todo em sistema web, e a implantação da nova plataforma SIB, que é o Sistema Integrado de Benefícios, com dois módulos específicos: os benefícios de prestação continuada e os benefícios por incapacidade.

Pretendemos concluir essa interação até o final do ano, quando poderemos desligar um conjunto de sistemas desintegrados por estarem obsoletos ou por não trabalharem com uma base unificada de informações.

Portanto, esta etapa que estamos superando agora, da migração das nossas bases de dados para os novos sistemas, talvez seja a grande conquista para a instituição. Não é algo visível para a sociedade, mas que tem reprodução direta para a mesma. Isto porque, quando temos sistemas mais seguros, ficamos menos vulneráveis às fraudes e aos erros. Assim, pagaremos menos benefícios indevidos, o que garantirá a sustentabilidade e o equilíbrio do regime.

Procuradoria-Geral do INSS

A Procuradoria tem um papel muito importante na discussão dos

A Procuradoria tem um papel muito importante na discussão dos planos e objetivos da Casa e vem direcionando seus esforços e pensamentos para viabilizar a implementação de políticas para a Previdência em geral e o INSS em particular.

planos e objetivos da Casa e vem direcionando seus esforços e pensamentos para viabilizar a implementação de políticas para a Previdência em geral e o INSS em particular. Seus representantes participam das reuniões como mais uma diretoria, uma instituição integrada, comprometida com todas as políticas que o Instituto está desenvolvendo. Além disso, tem sido importantíssima para garantir trâmite mais rápido e seguro dos processos, de maneira que possamos tocar nossos projetos sem correr o risco de ter algum problema futuro junto aos órgãos de controle.

Merecem destaque também duas questões jurídicas sob a responsabilidade da Procuradoria. Uma delas já vem sendo trabalhada há mais tempo. Trata-se das ações regressivas contra acidentes de trabalho. Hoje temos em torno de 1.300 ações ajuizadas contra empresas que concorreram com culpa ou dolo para ocorrência do acidente de trabalho, e nós registramos mais de 90% de êxito nessas ações. Ou seja, são ações que a Procuradoria tem ingressado, a AGU tem trabalhado e tem tido grande repercussão, porque trazem como consequência principal a mu-

dança do comportamento, da postura das empresas no que se refere à garantia de segurança e saúde do trabalhador, seja na disponibilidade de equipamentos de proteção individual e coletiva seja na melhoria do ambiente de trabalho.

A outra ação na qual a Procuradoria está trabalhando, com muita cautela, será direcionada àquelas pessoas que causam graves acidentes de trânsito tendo como consequência o óbito, afastamento por auxílio doença ou que gere alguma invalidez permanente. Vamos ingressar contra o motorista buscando a reparação para os cofres da Previdência porque, na verdade, o dano causado por um condutor embriagado ou que dirige em alta velocidade ultrapassa os transtornos à vítima individualmente. Ao onerar o INSS, o dano atinge à sociedade porque todo contribuinte do sistema de previdência acaba pagando por um benefício justo, vale ressaltar, mas que foi gerado pela irresponsabilidade de alguém que não adotou todas as medidas preventivas mínimas exigidas de um condutor de veículo. Obviamente, estamos focando nas infrações mais graves; não vamos transformar uma infração leve numa guerra contra o motorista de trânsito.

Previdência Aqui

O Projeto Previdência Aqui é um projeto-piloto com cinco unidades instaladas, uma no Rio Grande do Sul e quatro no Rio de Janeiro.

As estruturas foram construídas para facilitar o acesso à Previdência Social, prestando um atendimento ágil dos serviços de menor complexidade que podem ser realizados sem a estrutura das Agências da Previdência Social (APS).

O projeto nasceu de um estudo feito em Porto Alegre. O levantamento registrou que 82% das pessoas que iam às agências da Previdência buscavam informações que poderiam ser prestadas rapidamente. No

entanto, essas pessoas acabavam passando muito tempo na agência por terem que concorrer com todo o fluxo de atendimento daquela APS.

Foi nesse contexto que surgiu o Previdência Aqui. São unidades pequenas, com pessoal reduzido, mas habilitado a fornecer informações diversas à população. Os segurados podem fazer, entre outros serviços, agendamentos, inscrições, remarcar perícias médicas, além de consultar e obter informações sobre os benefícios da Previdência Social.

Os dados iniciais das cinco unidades demonstram que o volume de atendimento diário chega a ser maior do que em uma APS. O desafio agora é mensurar se essas unidades estão diminuindo o comparecimento das pessoas nas agências ou se estão trazendo para dentro do sistema pessoas que ainda não conheciam a Previdência.

Nos dois casos, existem ganhos porque, além da diminuição da tensão na agência, garante-se a inclusão. E o Previdência Aqui tem também este papel de divulgar os programas voltados para o empreendedor individual, o empregado doméstico e a inclusão das donas de casa. Além disso, pode esclarecer às pessoas sobre os canais remotos, como o agendamento pelo número 135 e pela internet, e os serviços disponíveis nos terminais de auto-atendimento dos bancos.

PEX

Para atender à demanda crescente do sistema previdenciário, o governo está investindo na construção de 720 novas agências em todo o país até 2014, por meio do Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX). O plano prevê a construção de APS em municípios com mais de 20 mil habitantes que não contam com unidades próprias da Previdência Social. Para expandir a rede, estão sendo investidos R\$ 616,5 milhões em todas as regiões do país. Com as



obras de recuperação das unidades existentes, o total de investimento é de R\$ 1,1 bilhão.

Já temos 80 agências inauguradas. Até o final do ano, devemos alcançar a meta de 130 agências novas. Há mais um conjunto em construção com inaugurações previstas para 2012.

Apesar de dependermos da disponibilidade orçamentária, temos boas perspectivas para 2012. No Projeto de Lei Orçamentária encaminhado ao Congresso Nacional, há um volume de recursos bastante expressivo previsto para a construção de novas agências.

Inclusão previdenciária

Uma medida interessante que está sendo implementada agora no mês de outubro é a previdência para as donas de casa. A Receita Federal ainda trabalha na definição do código específico do recolhimento. Seguramente, há uma expectativa muito grande por parte do governo, e o ministro da Previdência, Garibaldi Alves, está muito entusiasmado com essa proposta porque é uma oportunidade para tentar trazer para dentro do sistema mais de dez milhões de pessoas.

Temos também o programa para o empreendedor individual, que compreende um universo de sete milhões de pessoas. Somando

este segmento com os empregados domésticos e as donas de casa, chegamos a um número expressivo. As três políticas podem trazer vinte milhões de novos contribuintes para a Previdência, o que representa um grande salto no que diz respeito à inclusão previdenciária.

Concurso

Consideramos a realização do concurso uma grande conquista neste momento em que há limitação na contratação de servidores.

Apesar de 2011 ter sido o ano de corte de gastos, inclusive de muitos concursos públicos anunciados, o INSS fará concurso público para contratar 2,5 mil servidores – sendo duas mil vagas para técnicos do seguro social e 500 para médico perito.

Será fundamental o ingresso de novos servidores, com a grande maioria deles sendo lotados para atender as demandas do PEX. Antes, contudo, iremos efetivar programas de remoções aos atuais servidores.

Assim como no caso dos servidores, os novos médicos vão atender às demandas do PEX, mas também cobrirão o déficit existente em algumas regiões do país, como a Centro-Oeste e a Norte. A ideia é fazer um grande esforço para contemplar cidades mais desprovidas no Pará, Amazonas e Mato Grosso, por exemplo. ■

Parceira pela educação

Reitor da UDF enxerga nas parcerias público-privadas uma oportunidade de evolução para o sistema educacional brasileiro, inclusive com ampliação de vagas gratuitas no ensino superior

Em agosto desse ano o Governo Federal lançou o plano de expansão da Rede Federal de Educação Superior, Profissional e Tecnológica. A meta é dobrar o número de vagas nas universidades e institutos públicos. Serão quatro novas universidades federais, com a criação de 47 campi e 208 Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Investimento justo e necessário, que deve levar pouco mais de três anos para ser executado ao custo aproximado de 3 bilhões de reais. A estimativa do Ministério da Educação é de que em 2014 estejam abertas 250 mil novas vagas de ingresso em universidades federais e efetivadas 600 mil matrículas nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

No entanto, essas 850 mil novas vagas de estudo que serão abertas ainda são muito poucas para atender a demanda de um país com uma população economicamente ativa de 100 milhões de pessoas, das quais somente 11% têm formação superior (dados do PNAD 2009).

“Para montar uma universidade, o governo tem inicialmente que desocupar área, construir prédio, fazer concurso público, contratar pessoal, entre outros procedimentos. Isso tem um custo alto e leva muito tempo. Se utilizarmos a infraestrutura já concluída das instituições de ensino particular, ganhamos muita agilidade a um



Renato Rezende assumiu a reitoria da UDF em 2008

preço muito mais barato”, defende o reitor do Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, Renato Rezende.

Um exemplo de que a parceria entre o Estado e as instituições privadas de ensino pode ser muito eficiente é o Programa Universidade para Todos – Prouni, que desde a sua criação, em 2005, já beneficiou cerca de um milhão de estudantes, sendo 67% com bolsas integrais.

A fórmula é simples: alunos egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular com bolsas integrais e renda per capita familiar máxima de três salários mínimos são selecionados pelas notas obtidas no Enem - Exame Nacional do Ensino Médio para receberem bolsas de estudo em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em escolas privadas de educação superior. Em contrapartida, as instituições que aderem ao programa recebem a isenção de alguns tributos.

Esse potencial para criação de vagas gratuitas no ensino superior atestado pelo Prouni poderia ser ampliado exponencialmente com parcerias público-privadas entre o Estado e as instituições particulares. “É uma coisa que está pronta. Basta vontade política para fazer. Instituições privadas com qualidade comprovada podem ser parceiras do governo, promovendo a formação de milhares de pessoas”, argumenta Rezende.

Fórmula de sucesso

Muitas das idéias do reitor Renato Rezende para o desenvolvimento da educação por meio de parcerias entre o Estado e as instituições privadas de ensino se tornaram realidade no Distrito Federal por meio do programa

Bolsa Universitária, do governo local. Trata-se do custeio integral do curso superior para estudantes carentes.

De acordo com o projeto, 80% dos custos são de responsabilidade do Governo e os outros 20% das Instituições de Ensino inscritas no programa. O diferencial está na contrapartida dos próprios estudantes, que retribuem ao benefício com a prestação de serviços comunitários em projetos da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal ou atividades de extensão universitária. São quatro horas de serviços semanais, que podem incluir fins de semana.

“Participei ativamente da criação do Programa Bolsa Universitária, o que me orgulha muito. É um legado que vai ficar para Brasília. E agora tenho tentado junto ao Governo do Distrito Federal realizar uma grande Parceria Público-Privada para a implantação da Universidade Distrital de uma maneira fácil e menos onerosa

possível para o Estado”, revela Rezende.

O objetivo do novo projeto é inscrever 40 mil estudantes nos cursos de ensino superior em instituições privadas parceiras do Estado. Os bolsistas então retribuiriam ao benefício trabalhando como monitores no programa de educação integral (manhã e tarde) em toda a rede pública de escolas de Ensino Fundamental do Distrito Federal.

Além da contrapartida dos estudantes, as instituições privadas de ensino se comprometeriam a direcionar seus projetos de extensão para a produção de políticas públicas para o Estado.

“Com esse projeto, formaremos um grande ciclo virtuoso onde todo mundo ganha. A instituição de ensino ocupa seus espaços ociosos e reinveste os recursos na melhoria da qualidade do ensino. Os alunos são beneficiados com a formação superior e aprendem noções de ética e cidadania com

Arquivo UDF



o serviço social que vai atender as demandas de 300 mil crianças do ensino público do Distrito Federal”, conclui Rezende.

A faculdade do trabalhador

Os ideais de educação expostos pelo reitor do UDF, Renato Rezende, vêm de berço. Ele é neto de Eurico Rezende, que entre as décadas de 60 e 80 foi senador e governador do estado do Espírito Santo.

Quando chegou a Brasília, pouco depois da inauguração da Capital Federal, havia uma necessidade emergente dos jovens trabalhadores que moravam na capital por cursos no período noturno, já que a única instituição de ensino superior da cidade, a Universidade de Brasília (UnB), só oferecia cursos diurnos.

“Foi então que em 1967, ele [Eurico Rezende] entrou com pedido para abrir um curso de administração e fundou a UDF”, lembra Renato Rezende. Com 44 anos de história, a instituição é uma das referências no ensino superior do Distrito Federal.

O status de Centro Universitário foi concedido à instituição em 2004, o que permitiu a ampliação do número de cursos oferecidos. São 20 opções de graduação e 12 de pós-graduação atualmente.

Um dos destaques do Centro Universitário é o curso de Direito, que foi o primeiro a ser oferecido em uma instituição privada em todo o Centro-Oeste. “Nosso objetivo aqui é formar pensadores jurídicos, capazes de exercerem a advocacia ou serem aprovados em concurso público para procuradoria, promotoria ou qualquer carreira jurídica que tenham interesse”, resume a coordenadora do curso de Direito, Anna Porto.



Anna Porto coordena o curso de Direito da UDF

Concursos públicos que, por sinal, se tornaram responsáveis por um aumento na busca de alunos pelos cursos de Direito. “Nos últimos dez anos, observamos que o perfil do aluno tem modificado bastante. Antes a busca era pela advocacia privada. Com a crescente demanda por concursos, hoje o aluno vem com esse interesse e a instituição se sente no compromisso de ajudá-lo, sem perder o aspecto acadêmico do curso”, destaca a coordenadora.

Além da preocupação em preparar o aluno para diferentes possibilidades das carreiras, a instituição também revela compromisso com o lado social do desenvolvimento acadêmico. “Nós temos diversos trabalhos de extensão. No caso do Direito, levamos os alunos para as comunidades para prestarem atendimento jurídico, esclarecimento de dúvidas, medidas preventivas que a sociedade muitas vezes necessita”, afirma Anna Porto. ■

Celebração da “Teoria Pura do Direito”

Autobiografia de Hans Kelsen é o título de obra organizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli, juntamente com o professor Otavio Luiz Rodrigues Junior

O livro, publicado pela Editora Forense, celebra o centenário da "Teoria Pura do Direito", de Kelsen, bastante conhecida no meio jurídico.

Entre os lançamentos ocorridos, destaque para evento realizado na Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, do STF, em Brasília.

O presidente do STF, ministro Cezar Peluso, abriu o evento ressaltando a importância de Hans Kelsen, que "influiu profundamente na história e no pensamento jurídico ocidental" com a obra que criou a Teoria Pura do Direito.

Em seu discurso, o ministro Dias Toffoli ressaltou que, na obra, o leitor terá contato com "elementos pitorescos", como o fato de Hans Kelsen ter terminado seus últimos 20 anos de vida lecionando numa faculdade de ciências sociais no oeste norte-americano (EUA). O leitor também poderá vivenciar as impressões que Hans Kelsen teve de suas primeiras aulas de direito: "as primeiras aulas que assisti na Faculdade de Direito e Ciência Política da Faculdade de Viena causaram-me amarga decepção".

Dias Toffoli informou que a obra "fará compreendermos muito do que Kelsen desenvolveu". Também possibilitará, segundo



Arquivo STF

o ministro, conhecer as razões que levaram o jurista a desenvolver a sua Teoria Pura do Direito, "as suas origens e aqueles que contribuíram para a formação dessa teoria".

Quem foi Kelsen

Hans Kelsen nasceu em 1881 na cidade de Praga e graduou-se em Direito pela Universidade de Viena, em 1906, onde foi professor aos 30 anos. Exerceu a magistratura na Corte Constitucional da Áustria e emigrou para os Estados Unidos, em 1940, tornando-se

professor de Ciência Política da Universidade de Berkeley.

As anotações do ministro Dias Toffoli e do professor Otavio Luiz Rodrigues Junior integram um estudo introdutório de 45 páginas do livro ("Hans Kelsen, o Jurista e suas Circunstâncias"), que traz parte da história da vida de Kelsen, já que a autobiografia foi escrita em 1947, quando ele tinha 66 anos. O jurista faleceu em 1973, aos 91 anos de idade. A introdução, portanto, acrescenta fatos que não são narrados pelo próprio autor.

Kelsen bateu um bolão

*João Carlos Souto**

Foi na década de 80, foi sim, lembro-me bem. Avenida Joana Angélica, Palácio Góes Calmon, sede da Academia Baiana de Letras, em Salvador, primeira capital. Posse de Jorge Amado como “imortal baiano”, ele que alguns anos antes já o fora contemplado com título equivalente pela “Brasileira”, também conhecida como “Casa de Machado de Assis”, congênere ilustre, mais antiga, mais prestigiada, com chás, biscoitos e jetons.

Contava vinte e poucos anos e freqüentava a Academia com relativa freqüência. Fazia-me bem o (sic) “convívio”, ainda que lateral, com os acadêmicos. Fazia-me bem o ambiente do Palacete Góes Calmon. Quando estudante do 2º grau em Escola Pública, durante três anos seguidos passei em frente a esse Palacete. Arquitetura agradável, antiga, jardins bem cuidados.

Lembro-me bem daquela noite de gala em torno do autor de “Gabriela, Cravo e Canela”, perto de Jorge Amado, nos meus vinte e poucos anos. Ele de black tie, famoso nos cinco continentes; eu com minha indumentária simples de aluno do curso de Direito da UFBA, modesto escriba e com emprego de “servidor” público, salário mínimo, celetista da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Quase trinta anos depois, eis que me deparo com um ídolo, em solenidade parecida porquanto destinada a homenagear um homem igualmente das letras, letras jurídicas.

Sim, lembro-me bem, foi há algumas semanas, agosto de 2011, na Biblioteca do STF. O Ministro Dias Toffoli e o Professor Otávio Luiz lançaram a “Autobiografia de Hans Kelsen”. Presente boa parte do mundo jurídico e político da capital da República.

Cheguei britanicamente no horário. Salão cheio, lotado. Avisto advogados, o Senador Eunício (PMDB-CE), vários Ministros do STF, Ophir Cavalcante, Presidente do Conselho Federal da OAB, Ministros do STJ, imprensa. Pela proximidade (não diria amizade) falo um pouco mais demorado com o Ministro Ayres Britto (STF), que quase sempre me chama de “escritor” e com a Ministra Maria Elizabeth (STM).

Em um local mais reservado, avisto alguns Ministros do STF, o Procurador-Geral da República, o Presidente da OAB, o embaixador da Áustria e, conversando animadamente com todos eles Romário, artilheiro de ontem e hoje, Deputado Federal pelo Rio de Janeiro. O agora homem fazedor de leis está de paletó e gravata. Chego perto, não falo, mas constato que ele é realmente baixinho. Constato

mas não consigo, não obstante a proximidade, olhá-lo de cima pra baixo. Algo me dizia, ainda na infância, que a recusa em tomar regularmente “Biotônico Fontoura” e “Emulsão Scott” (aquele do vidro grosso, bem desenhado e com um homem grandão segurando um peixe) ainda me faria falta.

Por um momento imagino que Romário já deva ter exibido suas credenciais em gramados austríacos, ele que tanto tempo jogou no Velho Continente. Penso, reflito, teria ele, no auge de sua coroadada carreira, enfrentado, nas quatro linhas, algum Kelsen? Ou algum Hans? Ah, provavelmente sim, Hans deve ser um nome mais comum. É possível até que tenha driblado algum zagueiro Hans e marcado um gol em um Kelsen, na época do Barcelona.

A vida é realmente bela. Testemunhei a posse do Jorge na Academia Baiana de Letras. Trinta anos depois constato e testemunho que Kelsen “inventou” o controle concentrado, mudou a história do controle de constitucionalidade e do equilíbrio entre os Poderes, imprimiu vida e arrebatou Romário para a filosofia jurídica. Que bolão.

**Procurador da Fazenda Nacional, Professor de Direito Constitucional, Mestre em Direito Público, autor de “Suprema Corte dos Estados Unidos Principais Decisões”*

ANAJUR completa 25 anos



Primeira entidade de classe instituída para lutar pelos direitos dos advogados públicos homenageia jurista Saulo Ramos, um dos idealizadores da AGU, nas comemorações do jubileu de prata

O evento ocorreu no Memorial Juscelino Kubitschek e reuniu várias autoridades da Advocacia-Geral da União, como o ministro Luís Inácio Lucena Adams, representando a Presidenta da República Dilma Rousseff. Em seu discurso, Adams ressaltou a importância da Associação para a criação da AGU. "O que a ANAJUR fez durante esses 25 anos, e por todos os atores que participaram dessa história, já mostra o que tem de importância e terá cada vez mais para o país, a sociedade e o Estado Brasileiro".

A presidente da ANAJUR, Joana d'Arc Alves Barbosa Vaz de Mello, destacou que a entidade possui um histórico de lutas e vitórias e essa iniciativa também é reflexo nos dias atuais. "A ANAJUR lutou com todas as forças pela criação da AGU. Hoje, buscamos uma simetria com a Magistratura e MP. Temos que buscar cada vez mais o fortalecimento da Advocacia Pública conciliando a experiência dos mais velhos com os mais jovens", disse.

Ainda de acordo com a presidente da ANAJUR, os membros das carreiras da AGU devem permanecer no trabalho pela simetria constitucional das Funções Essenciais à Justiça. "Que não desanimemos. Tudo que buscamos agora precisamos ter em mente o desempenho de nossa atividade. É uma questão de tempo para a aprovação de nossa PEC", ponderou.

A Secretária-Geral da ANAJUR, Nicóla Barbosa de Azevedo da Motta, também destacou o empenho



ho dos membros pelos pleitos da Advocacia Pública. "Foi um trabalho árduo, mas trabalhamos com afinco. Hoje está aí a AGU. Essa história até me emociona. Precisamos cada vez mais trabalhar unidos, para ter uma grande vitória, que será o reconhecimento das nossas carreiras como Função Essencial à Justiça".

O presidente do SINPROFAZ e do Forum Nacional da Advocacia Pública Federal, Allan Titonelli, lembrou as contribuições da ANAJUR para a Advocacia Pública. "Quero parabenizar as doutoras Joana e Nicóla por toda a contribuição que deram para o fortalecimento da Advocacia Pública nos últimos 25 anos. Tenho certeza que essa capacidade mobilizadora e construtiva da ANAJUR continuará agregando para o alcance dos anseios do Forum Nacional", finalizou. O vice-presidente do Sindicato, Roberto Rodrigues, também estava presente na solenidade.

Lançamentos

Durante a solenidade, foi lançado o livro ANAJUR 25 anos - Um olhar sobre a Advocacia Pública Federal e também carimbo e selo dos Correios em homenagem ao jurista Saulo Ramos.

O homenageado afirmou que a fundação do órgão "foi fruto de uma luta muito séria, bonita e grande". Um esforço dele com a ANAJUR, fundada um mês depois da instituição da Advocacia-Consultiva da União, também criada pelo jurista. "Depois, eu e a ANAJUR nos juntamos e fomos infernizar a Assembleia Constituinte, para criação da AGU na Constituição de 1988".

O livro traz artigos de autoria de diversos juristas, parlamentares e operadores do Direito que tiveram participação decisiva junto à Assembleia Nacional Constituinte pela inclusão da AGU no capítulo destinado às Funções Essenciais à Justiça. Destaque para o texto de autoria do ex-presidente da República José Sarney, em cujo governo foi criada a AGU.

A Associação

Criada em 18 de agosto de 1986, a ANAJUR - Associação Nacional dos Membros da Advocacia-Geral da União foi a primeira entidade de classe instituída para lutar pelos direitos dos advogados públicos.

Em 25 anos, foram muitas as conquistas, com destaque para a inclusão da Advocacia Pública no capítulo das Funções Essenciais à Justiça na Constituição Federal de 1988.

Jogo rápido

1. Além do jurista Saulo Ramos, que outras personalidades a ANAJUR poderia citar como imprescindíveis para a criação da AGU e posterior fortalecimento da instituição?

Em primeiro lugar, destaco o papel do Dr. Saulo Ramos. Poderia citar além dele, o Senador José Sarney, à época Presidente da República, que acreditou na proposta de criação da Advocacia Geral da União, tendo como embrião a Consultoria Geral da República.

2. A presidente acredita que o bom relacionamento entre as entidades que compõem o Forum Nacional da Advocacia Pública Federal também contribui para a consolidação da AGU?

A Advocacia Geral da União já é uma instituição mais do que consolidada. Implementada com o advento da Lei Complementar n.º 73/93, em seu artigo 6º, conferiu aos Assistentes Jurídicos e Procuradores da Fazenda Nacional a representação judicial da União.

Em 1996, por sua vez, ocorreu o



Joana Mello, presidente da ANAJUR

atuação tornou-se mais ampla, revestida pela maturidade alcançada, com missão, visão e valores bem definidos, sem, no entanto, violar a identidade de cada associação, o que contribuiu para o fortalecimento da advocacia pública.

3. Depois de 25 anos de importantes conquistas, quais são hoje as principais bandeiras da ANAJUR? Como a diretoria vem pensando a ANAJUR do futuro?

Como pioneira na defesa da advocacia pública, a ANAJUR continuará lutando pelo fortalecimento da AGU, juntamente com as demais entidades de classe que integram o Forum Nacional.

A ANAJUR do futuro será moderna, integrando gerações e conhecimento, consolidando-se como referência na defesa das prerrogativas e interesses de seus associados, firmando-se como pilar da categoria na promoção do conhecimento, valorização e integração da advocacia pública federal junto ao estado e à sociedade brasileira.

primeiro concurso para o ingresso nas carreiras da nova instituição.

Com isso, surgiram associações representativas de algumas carreiras da AGU, embora já existissem outras criadas após a ANAJUR.

Com o passar do tempo, os dirigentes das entidades, percebendo a necessidade de se unir esforços para a valorização das prerrogativas e direitos das carreiras jurídicas da União, criaram o Forum Nacional da Advocacia Pública Federal, inicialmente voltado apenas para a questão remuneratória.

Hoje, inegavelmente, a sua

Advocacia Pública fica órfã de um dos seus baluartes

Homenagem ao Decano Ricardo Buarque Franco Neto

A Advocacia Pública Federal e o Jornalismo brasileiro ficaram órfãos no dia 16 de setembro com a morte do Procurador Federal, ex-presidente da Associação Nacional dos Procuradores Federais (ANPAF) e Decano do Forum Nacional da Advocacia Pública Federal, Dr. Ricardo Buarque Franco Neto. O velório e sepultamento ocorreram no dia 17, no cemitério Campo da Esperança, em Brasília, oportunidade em que diversas autoridades, parentes e amigos prestaram homenagens a um dos baluartes da Administração Pública.

Jornalista profissional e Advogado inscrito na OAB/RJ, Dr. Ricardo Buarque Franco Neto advogou em

escritórios especializados em Direito da Família e do Trabalho. Atuou também como repórter e redator em jornais de grande circulação, como o Correio da Manhã e O Globo, passando ainda pela Agência Brasil, antes de ingressar no serviço público.

Na Administração Pública, ingressou em 1961 como redator da "Revista Rodovia", do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), hoje DNIT. Em 1977 tomou posse como Procurador Federal, atuando junto ao DNER até 1991.

Ainda no serviço público, exerceu inúmeros cargos, sempre pautando sua atividade laboral pela excelência

no atendimento das demandas da sociedade e do País. Ao longo de sua extensa trajetória na Advocacia Pública, Dr. Ricardo foi essencial para o fortalecimento das Funções Essenciais à Justiça. Sua dedicação e lutas pelo fortalecimento das Carreiras da Advocacia Pública têm marcas indelévels do seu carisma, coragem, dedicação, inteligência e habilidade política. A partida do amigo Ricardo Buarque Franco Neto para a morada Eterna deixa um vazio e saudades imensas, aplacadas apenas pela certeza de que nesse exato momento ele está sentado no colo de Maria, a Mãe de Jesus Cristo, de quem era devoto.

Desafios do Estado Social de Direito em pauta

O Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) realizou nos dias 22 a 24 de setembro, em Brasília, o XIV Congresso Brasiliense de Direito Constitucional. SINPROFAZ foi um dos patrocinadores do evento

O congresso teve a coordenação científica do ministro do STF Gilmar Ferreira Mendes e do jurista Paulo Gustavo Gonet Branco.

Na abertura dos trabalhos, o ministro Gilmar Mendes comentou que o evento tem enfatizado a importância da Constituição Federal de 1988, trazendo especialistas diversos e renomados para discutir a trajetória do Estado nacional brasileiro.

“A CF foi marcada por muitas peculiaridades e o presidente em exercício, que está aqui presente, acompanhou o processo de criação da Carta Magna e deve ter ouvido críticas das mais diversas”, lembrou o ministro.

A Constituição, em seus mais de 20 anos, vem se provando a mais duradoura. Segundo Gilmar Mendes, estudiosos estrangeiros vêm ao Brasil questionar os fatores determinantes dessa experiência exitosa. “Sabemos que a Carta Magna foi produzida num contexto inflacionário e teve que passar por vários testes e vários embates, até a chegada do Plano Real. Ao longo desses anos, foram feitas várias reformas, o Congresso tem acolhido as eventuais demandas e



Vice-presidente Michel Temer proferiu palestra na abertura do congresso

nós avançamos muito desde 1988. O XIV Congresso Brasiliense mais uma vez celebra a Constituição de 1988, destacando, nesta edição, a discussão em torno do tema Constituição e Direitos Sociais, que apresenta uma problemática em termos de efetivação por conta do seu chamado caráter positivo”, reforçou o magistrado.

O presidente da República em exercício, Michel Temer, que é doutor em Direito Constitucional, fez uma breve retrospectiva dos movimentos que levaram o país a chegar no chamado Estado

Democrático de Direito, passando primeiramente pelos Estados Absolutista, Liberal e Social.

Segundo Temer, durante muito tempo, as normas geradoras do Estado Constitucional não eram implementadas e eram quase invisíveis. “O que tenho notado é que, com o tempo, foi dada uma maior visibilidade a essas normas”, disse. “Ao lado da democracia liberal, é preciso se estabelecer a democracia social, o chamado pão sobre a mesa”, defendeu o presidente, listando que os direitos sociais incluem educação, saúde, moradia,

maternidade, alimentação, entre outros previstos na Constituição.

Para Temer, os desafios desse Estado Democrático de Direito ainda são grandes. “Temos 16 milhões de pessoas na extrema pobreza. Por isso, temos que trabalhar para levá-las para a classe média, pelo menos”, sugeriu.

Em sua 14ª edição, o evento tornou-se um marco no calendário jurídico e acadêmico brasileiro. O SINPROFAZ foi um dos patrocinadores do congresso e montou um stand de divulgação institucional. O Sindicato teve direito a vagas que foram ofertadas a PFNs filiados para que pudessem participar como congressistas nas palestras e debates.

Impressões

O XIV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, na opinião do PFN lotado em Goiás, Elmo Duarte, foi marcado pelo alto nível dos palestrantes, a relevância dos temas em debate e a detalhada organização. “A relação dos direitos sociais com diversas áreas do conhecimento jurídico ampliou o debate acerca da própria evolução do papel do Estado em uma sociedade que exige cada vez mais prestações positivas que assegurem uma existência digna aos indivíduos”, avalia o Procurador que já conhecia o evento por sua tradição, mas nunca havia tido a oportunidade de participar.

Segundo Elmo, a iniciativa do SINPROFAZ em custear, através de sorteio, a participação de alguns PFNs foi bastante providencial e oportuna. “Raramente contamos com eventos dessa envergadura fora dos grandes centros acadêmi-



Stand do SINPROFAZ foi ponto de encontro de PFNs e outros visitantes

cos do país”. Ele também elogiou o stand do Sindicato “que revelou a continuidade do trabalho de valorização e divulgação da carreira de Procurador da Fazenda Nacional. Equipado com material de qualidade e visto com bastante interesse pelos frequentadores, foi ponto de encontro entre os PFNs participantes do evento”, concluiu.

Outro PFN contemplado com vaga para participar do evento foi Paulo Valdemar da Silva Balbé, lotado em Passo Fundo/RS. “Foi a primeira vez que compareci a um evento patrocinado pelo Sindicato após meu ingresso na Procuradoria da Fazenda Nacional. Apreciei a atitude do SINPROFAZ de proporcionar a todos os colegas a possibilidade de comparecer a esses eventos mediante oferecimento de vagas por sorteio, critério que considero democrático, sobretudo ante a escassez de recursos e o grande número de interessados”.

Na avaliação de Paulo, o congresso contou com a participação de autoridades (nacionais e internacionais) de renome no Direito Constitucional e também com uma programação que abrangeu assuntos atuais, com especial ênfase aos direitos fundamentais, hermenêutica constitucional e o polêmico ativismo judicial.

Stand do SINPROFAZ

Durante todo o evento, stand do Sindicato foi visitado por PFNs e demais participantes que conheceram um pouco mais sobre a carreira.

O presidente do SINPROFAZ Allan Titonelli também visitou o stand que continha vários materiais de divulgação das atribuições da carreira, dia-a-dia dos PFNs e ações do Sindicato em prol da Advocacia Pública em geral e dos Procuradores da Fazenda em particular. ■

Impressões do “Seminário Internacional sobre Justiça Fiscal”

*Heráclio Mendes de Camargo Neto**

Introdução

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) realizaram o “Seminário Internacional sobre Justiça Fiscal”, em Brasília, no dia 10 de agosto de 2011. O ministro-chefe da SAE, Moreira Franco, inaugurou o Seminário condenando o caráter regressivo do sistema tributário brasileiro, que consome 48% (quarenta e oito por cento) da renda dos mais pobres, que ganham até 02 (dois) salários-mínimos. Aqueles que ganham acima de 30 (trinta) salários-mínimos pagam carga tributária de 26% (vinte e seis por cento), segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em 2007.

A Taxa SELIC e a Dívida Pública Interna no Brasil

No Seminário, o presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Tombini, disse que os juros altos são necessários para combater a inflação. Disse que a inflação é um “imposto” regressivo. Aduziu que a inflação brasileira é consequência da forte elevação do preço das commodities, concentração de preços administrados, chuvas na região sudeste e aumento de preços de alimentos.

Ressaltou ainda a preocupante relação Dívida/PIB nalguns países europeus, notadamente na Grécia: 105%; Irlanda: 114% e Itália: 120%.

Contudo, pode-se questionar

a política de combate à inflação com juros altos, tendo em vista que o preço de commodities não é sensível ao aumento de juros no Brasil. Tampouco os preços administrados vão cair com o aumento da SELIC, porque vinculados a contratos indexados pelo IGPM, que, por sua vez, é atrelado ao preço das referidas commodities. Da mesma forma, fatores sazonais, como as chuvas na região sudeste, não precisam ser combatidos com elevação da taxa SELIC, porque voltam aos patamares anteriores ciclicamente.

Além do mais, os juros para o consumidor não estão atrelados à variação na taxa SELIC, porque são igualmente estratosféricos, esteja ela em 8% ou 12,50% ao ano.

Senão vejamos: taxa de juros do cheque especial na Caixa Econômica Federal: 160% ao ano. Cheque especial no Banco do Brasil: 175% ao ano. Cheque especial no Banco Santander: 219% ao ano.

A sangria causada pelo pagamento de juros e amortizações, em detrimento de recursos para políticas públicas como saneamento, educação e saúde públicas foi desastrosa para o orçamento federal em 2010

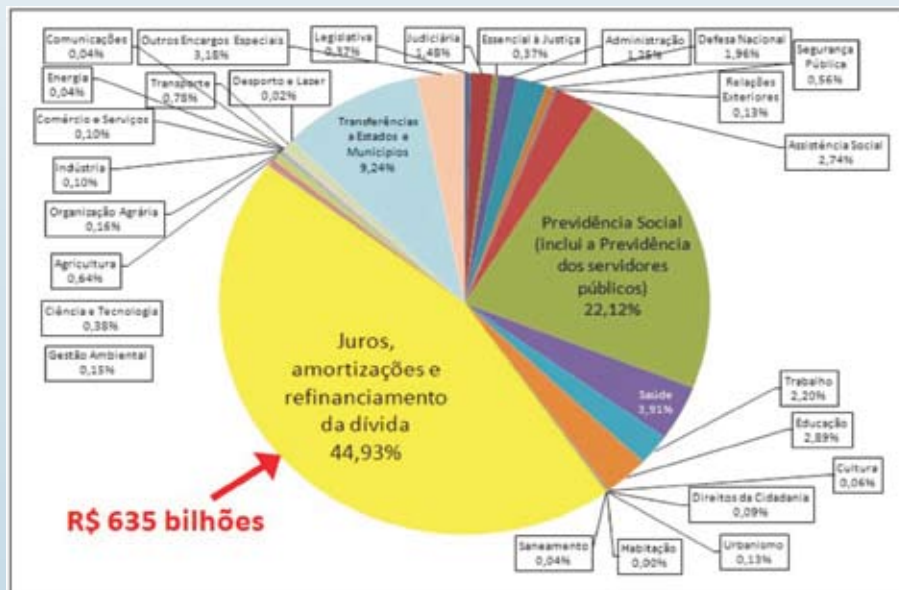
A diferença da taxa SELIC, que possui impacto público, para a taxa do cheque especial, que tem impacto privado, reside no fato que cada 0,25% de aumento da taxa SELIC equivale a uma despesa adicional de cerca de R\$4.500.000.000,00 (Quatro bilhões e quinhentos milhões de reais) ao ano, porque incide sobre um principal vultoso.

Portanto, fica difícil coonestar os argumentos lançados pelo presidente do Banco Central do Brasil, que não pôde assistir às demais palestras do Seminário, tampouco teve a oportunidade de responder perguntas ou debater com os demais presentes.

Demais disso, a efetiva relação Dívida/PIB no Brasil é de 160%, conforme demonstrou no Seminário o empresário Jorge Gerdau. O empresário explicou que a relação Dívida/PIB no Brasil é ilusória, porque os juros reais aqui são quatro vezes maiores do que a média dos juros reais em outros países. Portanto, no Brasil, uma relação Dívida/PIB de 40%, na prática, significa 160% - índice insustentável do ponto de vista econômico-financeiro em qualquer país, como bem ressaltara o presidente do Banco Central do Brasil ao falar de Grécia, Irlanda e Itália.

De fato, a sangria causada pelo pagamento de juros e amortizações, em detrimento de recursos para políticas públicas como saneamento, educação e saúde públicas foi desastrosa para o orçamento federal em 2010 e, sem uma inflexão na política de juros, 2011 promete ser pior:

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - 2010 - Total: R\$ 1,414 TRILHÃO



Fonte: SIAFI - Banco de Dados Access p/ download (execução do Orçamento da União) – Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2010mdb.EXE>. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

G10 da desigualdade social

No seminário, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, questionou a composição do grupo pesquisado para confecção do boletim FOCUS do Banco Central do Brasil, que baliza a decisão deste sobre a taxa SELIC, porque os redatores do referido boletim nunca perguntaram qual é a expectativa da CUT para o cenário da taxa de juros, apesar de a central sindical possuir 7 (sete) milhões de associados das mais diferentes categorias profissionais.

Artur Henrique lembrou ainda que o Brasil ocupa o vergonhoso G10 da desigualdade social no mundo, na companhia de países como Serra Leoa, Botsuana, Lesoto e Guatemala. Lembrou que a hora trabalhada com carteira assinada no Brasil custa US\$6,93 e na Alemanha, US\$36. Defendeu, ainda, a CPMF com uma alíquota simbólica para o controle de fluxo de capitais.

O economista Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), disse no

Seminário que faz parte da tradição de países subdesenvolvidos a regressividade na tributação, enquanto a tradição dos países desenvolvidos contempla forte progressividade tributária.

Pochmann ressaltou que o sofisticado sistema tributário brasileiro é assentado nos mais pobres. Isso se coaduna com a facilidade de os mais ricos utilizarem o sistema tributário a seu favor. Reconheceu certa progressividade nos gastos sociais com programas compensatórios. Esclareceu que os países desenvolvidos tributam grandes fortunas.

Lamentou: o imposto territorial rural (ITR) não tem sido utilizado para incentivar a maior produtividade no campo e para combater o latifúndio improdutivo. Ainda lembrou que o IPTU é regressivo em muitas cidades.

José Antonio Moroni, conselheiro do CDES e membro do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), pediu uma estrutura tributária simples, justa e progressiva.

Considera que o Brasil caminha no sentido contrário ao da Justiça

Fiscal. Esclareceu que 34,4% do PIB são pagos em tributos, mas apenas 10% do PIB retornam em políticas e serviços públicos.

Portanto, o retorno social é baixo em relação à carga tributária e a sociedade não tem informação sobre os tributos indiretos.

Propôs a instituição do “sonômetro” e criticou a leniência do Brasil para com os paraísos fiscais.

Os Paraísos fiscais

James S. Henry, economista por Harvard, especialista em cidadania tributária, consultor e diretor do Grupo Sag Harbor, disse que há entre 20 e 25 trilhões de dólares americanos em bancos situados em paraísos fiscais.

Assinalou que somente os maiores bancos do mundo possuem o equivalente a 12 trilhões de dólares americanos em paraísos fiscais. Disse que, ao longo dos anos, o Citibank recebeu em juros do México muito mais do que emprestara.

Aduziu que o sistema financeiro nos Estados Unidos da América gasta US\$3.000,00 (Três mil dólares americanos) per capita por dia para fazer lobby sobre cada um dos parlamentares americanos.

Heather Lowe, diretora de negócios governamentais da Global Financial Integrity, disse que 50% (cinquenta por cento) da economia global opera no mercado paralelo. Disse que, na Índia, os muros dos sonegadores são pichados pelo governo, a fim de que a população local saiba quem são os parasitas do bairro.

Lowe denunciou o fluxo ilegal de capitais do Brasil para o exterior. Divulgou uma idéia nova do International Price Profiling System (IPPS), sistema criado por John Zdanowicz para controlar os preços unitários de qualquer produto num banco de dados a serviço da fiscalização tributária nas alfândegas. Esse sistema minimiza a possibilidade de superfaturamento ou subfaturamento nas importações e

exportações, subterfúgios largamente utilizados para evasão de divisas e sonegação fiscal.

O presidente da CUT, Artur Henrique, propôs o fim dos paraísos fiscais e maior controle do fluxo de capitais.

Márcio Pochmann destacou a ausência de tributação do dinheiro em paraísos fiscais, sendo certo que o Banco Central do Brasil contabilizou 220 bilhões de reais enviados em 2009 do Brasil para paraísos fiscais.

Entretanto, no Brasil, parece que o combate à atuação dos paraísos fiscais pára no discurso fácil, porque a Receita Federal do Brasil, com anuência do governo federal, através de mera instrução normativa, continua fornecendo inscrição no CNPJ para que “empresas de fachada”, constituídas em notórios paraísos fiscais, participem da economia real brasileira, ensejando a sonegação de tributos e o cometimento de outros crimes, mas sem deixarem “rastros”.

“A Revolução da Conta de Luz”

O conselheiro Antoninho Marmo Trevisan comentou que deveríamos ter transparência na divulgação da carga tributária, conforme documento produzido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), página 42, artigo 150, parágrafo 5º. Disse que comentou isso com uma autoridade, notadamente em relação ao cálculo do imposto sobre energia elétrica, que é realizado por dentro, transformando tributação de 25% em 33%. A autoridade reagiu: se divulgarmos o percentual efetivo de tributação nas contas de luz, haverá uma revolução. De qualquer forma, Trevisan criticou essa ausência de transparência no sistema tributário e nos gastos públicos.

Nesse sentido, no Seminário, houve o encaminhamento de um dos conselheiros do CDES para a realização de uma Conferência Popular sobre a questão fiscal, notadamente para discutir o (des)

cumprimento do artigo 192 da Constituição Federal, que prevê: “o sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.”.

O Estado como Promotor da Desigualdade

No Seminário, Naomar de Almeida Filho, conselheiro do CDES e professor e ex-reitor da Universidade Federal da Bahia/UFBA, ensinou que o mito da alta carga tributária brasileira sustenta-se apenas em relação aos mais pobres, porque o sistema é baseado em tributos indiretos e possui caráter regressivo, conforme demonstram os estudos do IPEA. O Estado não cumpre sua função e persistem as desigualdades.

No Brasil, o Estado é promotor da desigualdade, porque várias políticas públicas possuem efeitos perversos. Nesse sentido, a minoria da população obtém incentivos fiscais, através de deduções de gastos com saúde e educação privadas no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

Como exemplo, citou o subfinanciamento histórico da saúde pública, em oposição à renúncia fiscal para o setor de saúde privada, dedutível no IRPF, no qual poucos declaram, e que ainda conta com subsídios do SUS para procedimentos de alta complexidade.

Na educação, a minoria da população domina os incentivos fiscais através de deduções no IRPF. Enquanto isso, a maioria da população, que não declara IRPF, arca com a renúncia fiscal em favor da minoria, sob filtros supostamente meritocráticos. Assim, no Brasil, os mais pobres pagam pela educação superior de pior qualidade. E, após

a graduação, possuem empregabilidade e renda menores. Assim, reproduz-se uma situação de desigualdade social.

Dessa forma, os mais pobres financiam a educação dos mais ricos, que chegam mais novos e tem renúncia fiscal até os 24 de idade, enquanto aqueles chegam mais velhos à universidade. Universidade privada.

Políticas Regionais com Visão Nacional

Clélio Campolina Diniz, conselheiro do CDES e Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, apresentou a interessante idéia de um país policêntrico. Destacou a dimensão e a coesão territorial brasileiras, a fim de formularmos política econômica e social para um projeto de nação, que tenha por objetivo a redução das desigualdades, o ordenamento do território ante o desequilíbrio regional, mas com visão nacional, através da expansão de submetrópolis, tendo em vista a existência de subregiões com tipologias específicas.

A Melhor Definição de Sistema Tributário

O empresário Jorge Gerdau ensinou o que muitos tributaristas passam uma vida acadêmica inteira sem citar: o sistema tributário de um país deve ser a ferramenta essencial para o seu gerenciamento, a fim de ensinar o desenvolvimento econômico e social.

No Brasil, em vez de fomentar o desenvolvimento, o sistema tributário atrapalha o crescimento econômico e social.

Gerdau explicou ainda que os juros altos cristalizam o maior fator de “despoupança” (leia-se: falta de investimentos) no Brasil. Assinalou que o país poupa apenas 8,5% do PIB, enquanto o índice desejável seria de 25% de poupança sobre o PIB.

Sintetizou “poupança”: poupança significa um agricultor dirigindo um trator, em vez de um agricultor carregando uma enxada.

Da Irresponsabilidade Fiscal Brasileira

Durante o Seminário, concluiu-se pela insustentabilidade da atual política fiscal brasileira. Rodrigo Loures - Conselheiro do CDES e Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEPR, definiu-a como o “pior sistema fiscal do planeta”.

Assim, como podemos falar em responsabilidade fiscal com déficits nominais reiterados ao longo dos últimos governos, quando computada a conta de juros, que é a maior fonte de gastos do governo brasileiro, tendo atingido 44% do orçamento federal em 2010?

Muito simples: no Brasil, batizamos como “Lei de Responsabilidade Fiscal” uma lei que não computa a conta de juros e amortizações para aferir a falaciosa responsabilidade fiscal dos governantes.

Dessa forma, o atendimento da curiosa lei, cujo nome propositalmente não traduz a sua essência, não reduz a dívida pública, mas serve para contingenciar recursos vultosos para pagar apenas parte dos juros da monumental dívida interna de 1,1 Trilhão de Dólares Americanos, que cresce sem parar. Assim, consegue-se encaixar a palavra superávit, num cenário econômico-financeiro em que superávit efetivamente não existe.

Da Falta de Investimentos nos Serviços Públicos

Estudo elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida, a pedido da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESEF), comprova que, nos últimos 16 anos, os gastos do governo com servidores públicos caiu 23% (Vinte e três por cento), enquanto os gastos com juros e amortizações da dívida não param de crescer. De fato, em 2010 juros e amortizações consumiram 635 bilhões de reais contra 167 bilhões gastos com os servidores públicos, que garantem a prestação dos serviços públicos à população.

Portanto, a cantilena enfadonha e falaciosa contra os servidores públicos deve ser combatida com números, que demonstram onde está o gargalo da premente questão fiscal no Brasil.

Conclusão

Podemos concluir que a crise fiscal no Brasil reproduz o que se vê no âmbito internacional e deriva notadamente da promiscuidade na relação entre o setor público e o setor financeiro privado, em detrimento do interesse do restante da população.

No Brasil, batizamos como “Lei de Responsabilidade Fiscal” uma lei que não computa a conta de juros e amortizações para aferir a falaciosa responsabilidade fiscal dos governantes

Exemplo dessa crise fiscal mundial é o feito histórico de o Brasil erigir a atual dívida pública interna ao equivalente a US\$ 1.100.000.000,00 (Um trilhão e cem bilhões de dólares americanos) sem que qualquer contrapartida social palpável tenha sido financiada com esse dinheiro. Notadamente, porque a dívida interna brasileira cresceu para pagar juros sobre juros, a partir dos governos economicamente conservadores que se instalaram no Brasil, desde 1995, e que caminham a reboque de políticas monetárias ortodoxas.

Por tudo isso, esses governos tiveram que contrabalançar minimamente a concentração de

renda demonstrada ao longo de todo o “Seminário Internacional sobre Justiça Fiscal” com políticas compensatórias, tipo bolsa-escola e bolsa-família, derivadas de modelos neoliberais, a fim de maquiar um sistema tributário indireto e regressivo e os gastos públicos excessivos com juros e amortizações da dívida pública.

Esse quadro fiscal ajuda a perpetuar a leniência para com a sonegação fiscal e a lavagem de dinheiro, primas-irmãs da corrupção em sentido amplo, ao dificultar o financiamento da estruturação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Receita Federal do Brasil e da Polícia Federal, que poderiam combater com muito maior eficiência esses males, caso estivessem devidamente equipadas e valorizadas, a fim de promoverem efetiva segurança pública e combate à impunidade.

Sem falarmos nos milhões de contribuintes sem saneamento básico, educação pública de qualidade e saúde minimamente decente, num país rico, mas que perpetua a pobreza das vastas camadas de sua população com as políticas tributária, fiscal e econômica atuais, as quais desfilaram desnudadas no “Seminário Internacional sobre Justiça Fiscal”.

Entretanto, um governo capaz de realizar Seminário tão frutuoso pode aproveitar esse momento para inspirar-se e virar o jogo a favor de um sistema tributário mais simples, justo e progressivo, uma política monetária soberana em relação aos insondáveis “mercados” e políticas públicas com financiamento suficiente para acelerarmos o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O Seminário foi gravado pela NBR e deveria ser assistido por todos os gestores públicos brasileiros. ■

**Procurador da Fazenda Nacional, Mestre em Direito pela Universidade de Sheffield, Inglaterra e Diretor de Assuntos Profissionais e Estudos Técnicos do SINPROFAZ*

Homenagem a PFN e à Advocacia Pública

Em cerimônia de entrega de carteiras na OAB/DF, ex-presidente do SINPROFAZ e presidente de Honra do Forum Nacional, João Carlos Souto, foi agraciado com a Medalha Miranda Lima

Valter Zica/CFOAB



A comenda é concedida pela OAB/DF aos profissionais que prestam relevantes serviços à referida seccional, à Justiça, ao Direito e à cidadania. João Carlos Souto também recebeu convite para ser paraninfo da turma que recebeu as carteiras. Ele estava acompanhado na solenidade pelo presidente do SINPROFAZ e atual presidente do Forum Nacional, Allan Titonelli. O evento ocorreu no último dia 15 de setembro.

Nas breves considerações, João Carlos Souto lembrou que o advogado atua com a liberdade e o patrimônio das pessoas. "O cliente coloca nas nossas mãos sua liberdade, seus bens mais importantes,

e é preciso que os profissionais estejam efetivamente habilitados para a defesa de questões tão relevantes", disse.

O presidente da OAB/DF, Francisco Caputo, teceu inúmeros elogios ao PFN homenageado, segundo ele, "fruto da perspicácia, obstinação, desprendimento na defesa das causas da Advocacia Pública Federal e da sociedade".

Caputo mencionou em vários trechos do discurso a importância estratégica da Advocacia Pública. "Para que o Estado Brasileiro seja melhor defendido, para que o patrimônio público não seja dilapidado, para que nossa sociedade seja protegida, é necessário que a

Advocacia Pública atue com independência e tenha remuneração compatível com a importância das Funções Essenciais à Justiça. Para o bem do nosso Estado Democrático de Direito, é necessário que essa alteração ocorra o mais rápido possível."

O dirigente da Ordem fez questão de ressaltar também o papel do Forum Nacional da Advocacia Pública Federal para o fortalecimento dos pilares da Democracia, trabalho capitaneado pelo PFN João Carlos Souto, e cujo sucesso vem sendo mantido na nova gestão.

O orador da turma, Gabriel Prado Leal, destacou a impor-

tância da inscrição do advogado público na OAB. "Ao lado de advogados iniciantes que lograram aprovação em um difícil, mas imprescindível Exame de Ordem, temos aqui vários integrantes da Advocacia-Geral da União. Até algum tempo havia dúvidas se um membro da AGU deveria obrigatoriamente estar inscrito na Ordem. O advogado público federal é um advogado, e como tal a inscrição é obrigatória."



João Carlos Souto, Presidente de Honra do Forum Nacional, é cumprimentado por Francisco Caputo, Presidente da OAB/DF

Medalha Miranda Lima

A Comenda foi instituída em 2010 como parte das comemorações do cinquentenário da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Distrito Federal.

A idéia inicial era prestar homenagens aos ex-presidentes do País, mas, em 2011, a Comenda foi estendida às personalidades reconhecidas pela entidade.

O nome da Comenda também homenageia importante personagem na história da OAB/DF. Leopoldo César de Miranda Filho foi o primeiro presidente da Ordem nos anos de 1960 a 1961.

Miranda Lima foi ministro do TST, oriundo da carreira de assistente jurídico.



Fala PFN

"Meus cumprimentos pela merecida homenagem".

Agostinho Netto

"Parabéns Souto, agora Comendador, homenagem justíssima".

Filemon Rose de Oliveira

"Parabéns a você grande homem. Parabéns meu prezado colega! Parabéns nobre Procurador da Fazenda Nacional! Fico honrado de ter um homem com sua capacidade, índole, desprendimento, e garra, muita garra, um desejo de continuar, de continuar por aquilo que acredita".

João Luiz de Laia

"Parabéns, Souto! Sabemos o quanto você é merecedor dessa homenagem!".

Pedro Aurélio

"A homenagem feita pela OAB-DF é expressão de justo reconhecimento de seu relevante trabalho em prol da Advocacia Pública. Parabéns!".

Roberto Rodrigues de Oliveira

Ética e Tributação

Uma perspectiva filosófica da ação moral do cidadão no momento de cumprir com o dever de pagar os impostos, as taxas e as contribuições. Justiça Fiscal entrevista o filósofo Mario Sergio Cortella

A palavra tributo, normalmente, não agrada as pessoas. Entregar seu dinheiro em troca de benefícios, muitas vezes, indiretos e imperceptíveis, é uma idéia que incomoda o cidadão.

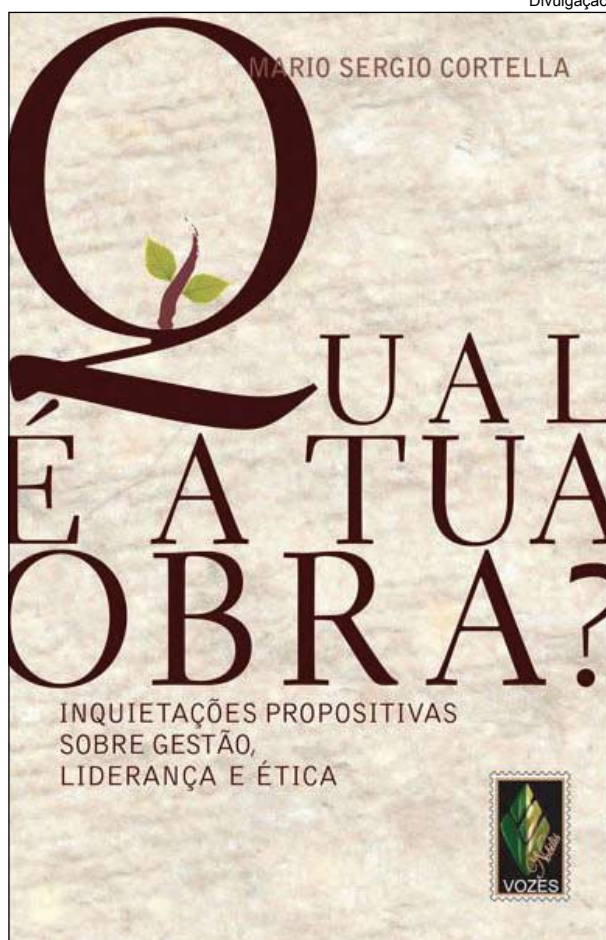
No entanto, a tributação é imprescindível para o funcionamento do Estado. Sem ela, seria impossível viver em sociedade. Uma verdade que ninguém discorda.

Assim como ninguém discorda de que é possível haver distorções no recolhimento de tributos e na aplicação dos recursos públicos por parte dos governantes que administram o Estado.

É o caso do Brasil, onde está clara a necessidade de uma reforma tributária que promova a justiça fiscal e um uso melhor do erário por parte dos políticos que estão no poder.

O problema é que muitos cidadãos que cobram essa ética tributária do Estado sonham impostos, não pagam taxas e se omitem de contribuições. Seria uma incoerência?

"A incoerência é uma possibilidade que será mais facilitada quando mais frágeis forem os



Fiscal sobre a relação entre a ética e a tributação.

Justiça Fiscal - Professor Cortella, a relação entre ética e tributação é, muitas vezes, conflitante. Um exemplo que temos na sociedade brasileira é o momento da declaração do Imposto de Renda. Contribuintes reclamam, com razão, da alta carga tributária. No entanto, se utilizam de artifícios para sonegar os impostos devidos. Isso vale tanto para grandes empresas quanto para simples núcleos familiares de assalariados. Como avaliar esse tipo de comportamento?

Mario Sergio Cortella - Antes de mais nada: Ética não é cosmética! A adoção de princípios decentes de conduta, e a sua prática, não pode ser feita apenas de fachada, para ostentação externa e dissimulação das reais intenções. A recusa a uma determinação legal não

instrumentos de controle fiscal e educação tributária", diz o filósofo Mario Sergio Cortella.

Mestre e doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e autor de livros de sucesso, como "Qual é a tua obra?" (Ed.Vozes, 2007), Cortella conversou com a revista Justiça

pode se dar pela fraude conveniente, justificada pela adoção de uma justiça pessoal; todas as vezes que um cidadão ou um conjunto de nós rejeita um preceito isso precisa ser feito de dois modos: pela litigância nos tribunais, obedecendo ao rito processual, ou pela organização de uma

oposição democrática nos canais do legislativo. Se assim não for, se instala uma convivência na qual a ponte principal será o cinismo, o que costuma ser autofágico.

JF - Muitos que apresentam comportamentos como o citado acima, não se consideram imorais. Dizem que sonegam impostos por discordarem das alíquotas cobradas. É uma argumentação válida?

Cortella - A discordância em uma democracia não é um deslize e sim uma condição para a construção mais sólida da convivência consensual e pacífica. Porém, todas as vezes em que a discordância se dá por vias transversas nas quais se procura trapacear para obter o que se considera justo, a negação do argumento justo desponta. Não é imoral refutar o que a legislação vigente prescreve, pois é direito subjetivo; imoral é fazer a refutação usando mecanismos hipócritas, fingindo conformidade apenas na aparência.

JF - Há uma tendência ao distanciamento entre o discurso ético e a ação ética no cotidiano das pessoas? A coerência é um valor em desuso na sociedade brasileira, especialmente quando envolve a questão da tributação?

Cortella - Ética tem como condição prévia a existência da Liberdade; sendo a Ética o conjunto de princípios e valores que uma coletividade (e o indivíduo dentro dela) adota para a conduta social, pressupõe capacidade de escolha, decisão, opção. Por isso, fora da Ética fica apenas quem for incapaz (usando termo da Fazenda Nacio-



nal) de escolher por si mesmo, por ser privado de autonomia. Tudo isso serve para indicar que sempre seremos capazes, enquanto livres formos, para a ação incoerente entre o dito e o feito, entre a pregação e a prática. Desse modo, a coerência não é valor em desuso. Mas a incoerência é uma possibilidade que será mais facilitada quando mais frágeis forem os instrumentos de controle fiscal e educação tributária.

JF - Que impacto a corrupção tem nesse processo? O cidadão se sente legitimado a agir de maneira incoerente por conta do mau uso do dinheiro público por parte dos governantes?

Cortella - A frase é antiga e verdadeira: uma pessoa que se vende sempre vale menos do que pagaram por ela. A corrupção em várias instâncias sociais (e não apenas na postura de alguns governantes) é também fruto de escolha e, dessa forma, intenção deliberada cuja extinção radical é impossível, dada novamente a nossa condição livre de decisão pela prática maléfica ou benéfica. A corrupção nos vários níveis de gestão da "coisa pública" cria uma ambiência que sugere autorização desenfreada para a patifaria; contudo, se sugere impunidade, não obriga à convivência e nem à complacência. Continua sendo escolha!

JF - Uma carga tributária mais justa e um Estado mais eficiente inibiriam atitudes imorais como a sonegação de impostos, ou esse tipo de comportamento é inerente a parte da sociedade indepen-



dentemente do contexto?

Cortella - Insistimos: Ética é sustentada pela Liberdade. Assim, uma tributação justa e um Estado competente não impedem a imoralidade nesse campo, pois continuará a existir (ainda bem!) a condição humana de optar livremente pela própria conduta. A justiça na tributação e a eficácia estatal reduzem os argumentos fingidos e aumentam a responsabilização recíproca, e, por isso mesmo, são um sinal de compromisso com a moralidade saudável.

JF - Sendo assim, os princípios éticos e o exercício da política são perfeitamente compatíveis?

Cortella - A palavra Política tem na sua origem o radical grego polis, com o sentido de comunidade, sociedade que vive junto, o que equivale ao latim ciivitatem, que gerou cidade e Cidadania. Desse modo, sendo Política a expressão da nossa vida juntos, e sendo cada um e cada uma de nós portadores de Liberdade, a Política é a estrutura que articula nossas liberdades para que não se transformem em degeneração coletiva. Nesse contexto, a Ética é a adoção de

valores partilhados com a finalidade de proteger a finalidade da Política, ou seja, impedir a degeneração. Mais do que compatibilidade, Ética e Política são campos interdependentes; o apodrecimento de um leva ao apodrecimento do outro.

JF - Se pudéssemos definir dez padrões básicos de conduta social tomando como base a ética, liderança e gestão, quais seriam eles?

Cortella - Dez padrões básicos para a conduta social são aqueles que se originam de dez virtudes essenciais: Humildade, Harmonia, Sinceridade, Pluralismo, Solidariedade, Honestidade, Decência, Esperança, Persistência e Alegria.

JF - Para encerrar, sabemos que um mau que assola o mundo moderno são as doenças da alma. O que tem acontecido para o florescimento desse problema?

Cortella - Cuidamos muito do Urgente e deixamos o Importante de lado, confundindo pressa com velocidade e substituindo a Cooperação pela Competição. Ainda dá tempo de mudar, mas é, mais uma vez, escolha. ■

O Havaí é aqui

Para praticantes de esportes de voo, competir no céu de Brasília é como surfar nas ondas do arquipélago do pacífico

Todos os anos, a população de Brasília sofre com os efeitos da forte seca entre os meses de agosto e setembro. Mas o que para muitos é motivo de preocupação, para outros, é apenas mais uma razão para conhecer a capital federal. São centenas de turistas do país inteiro e até estrangeiros que viajam para Brasília em busca de uma das melhores condições para a prática de esportes de voo no mundo.

“Já voei em muitos países e posso dizer que nunca vi condições melhores do que em Brasília”, afirma o australiano John Durand, que já liderou o ranking mundial de voo livre. Opinião compartilhada por André Wolf, tetracampeão brasileiro da modalidade. “De fato, aqui é o Havaí pra quem gosta de voar”.

Não são apenas as boas condições de voo que impressionam

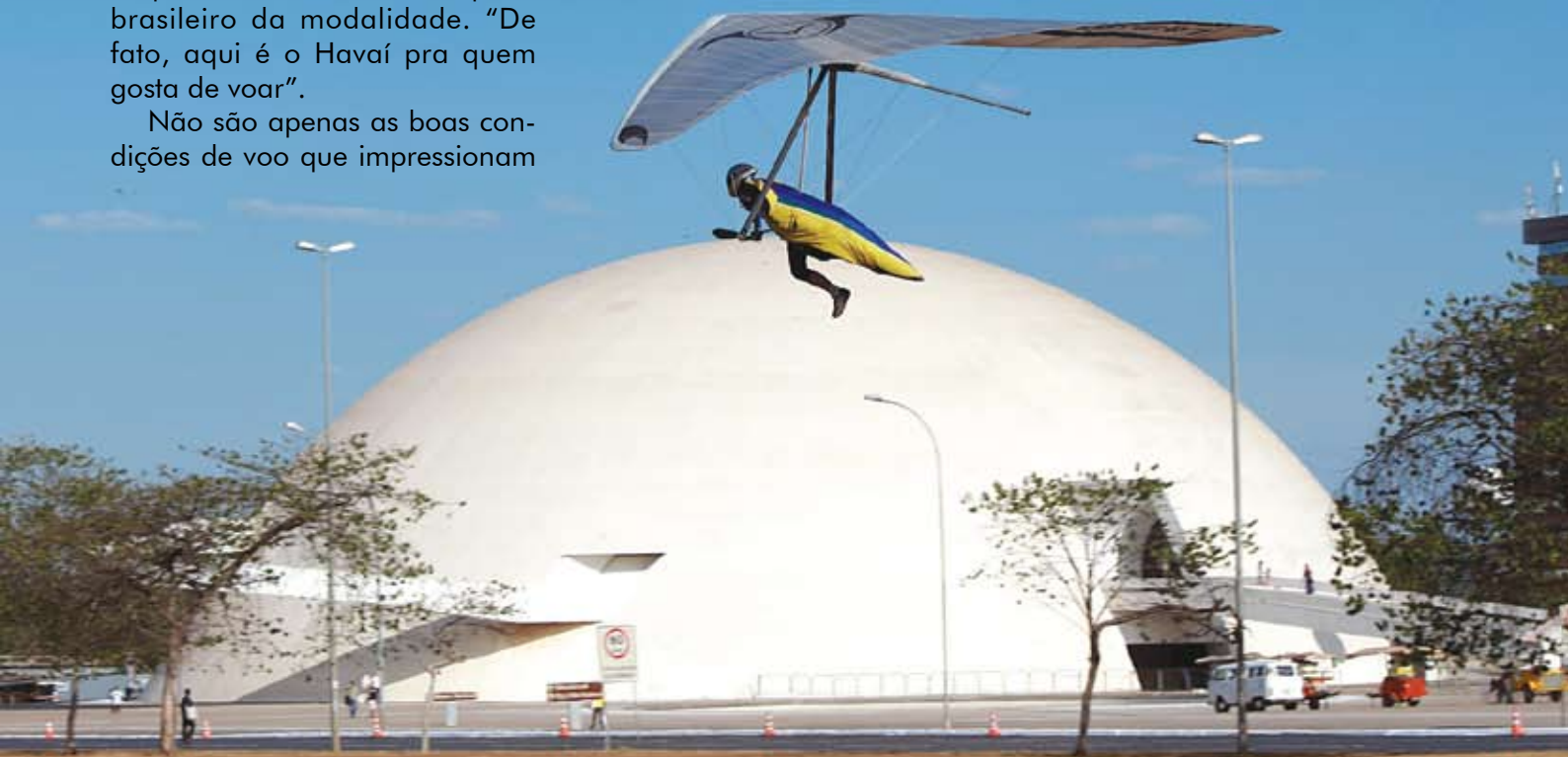
os pilotos. “Aqui em Brasília ainda temos o diferencial de poder aterrissar na Esplanada dos Ministérios, que proporciona uma vista linda”, conta André Wolf. “Em poucas cidades conseguimos espaço para aterrissagem no centro, como aqui em Brasília. É especial”, completa.

O movimento no período é tão grande que, em menos de um mês, a cidade recebeu três grandes campeonatos nacionais de esportes de voo. Praticantes do voo livre, do voo a vela e do balonismo desembarcaram na capital federal para desfrutarem dos ventos e das belas vistas do céu da cidade.

Correntes térmicas

A explicação para as condições de vento ideais para a prática de esportes de voo está no clima seco e quente de Brasília durante o período de seca. “Nessa época do ano se formam muitas correntes térmicas aqui, o que é o fundamental para a prática desses esportes”, explica o meteorologista Manoel Rangel, do Instituto Nacional de Meteorologia.

As correntes térmicas são geradas pelo aquecimento das superfícies. O terreno ensolarado aquece o ar a sua volta formando uma espécie de bolha. Com o passar do tempo, essas bolhas atingem um determinado grau de saturação e



se desprendem do chão, subindo devido à diferença de temperatura e densidade. “É exatamente esse ar que sobe que dá sustentação aos equipamentos”, conclui o especialista.

A subida dessas bolhas forma as chamadas correntes térmicas. Com elas, os pilotos conseguem ganhar altitude e sobrevoar grandes distâncias trocando de térmica em térmica. “Quando chegamos a uma determinada altura, partimos para outra térmica. E assim seguimos por mais de cem quilômetros, desde o ponto de largada das provas até a Esplanada dos Ministérios, onde normalmente é a linha de chegada”, conta o piloto Wolf.

Balonismo e Independência

Nesse ano, as tradicionais comemorações pela Independência do Brasil, no dia 7 de setembro, ganharam um colorido especial. Balões de todo o país, invadiram o centro do poder para a disputa de um dos maiores campeonatos do país.

No total, foram mais de 37 balões confeccionados com a bandeira de cada estado da federação e do Distrito Federal. Inclusive, um tipo raro de balão retangular com a bandeira do Brasil nas dimensões de um prédio de dez andares.

“Durante cinco dias, levantamos voo da Esplanada dos Ministérios e percorremos vários pontos da cidade para cumprir as tarefas do campeonato. As condições de voo em Brasília realmente favorecem bastante. Foi uma experiência espetacular”, celebra o piloto Eduardo Melo. ■



NESTE CAMPO
NO DIA 5-3-1961
PELÉ MARCOU O TENTO
MAIS BONITO NA
HISTÓRIA DO MARACANÃ.
O ESPORTE

De placa

Há 50 anos, gols geniais são imortalizados com homenagens em todo o país. Ideia que, como muitas outras do universo do futebol, surgiu dos pés do craque Pelé, autor de vários golaços

Já virou tradição. Sempre que há um golaço no futebol brasileiro, o autor é homenageado com uma placa. É o que deve acontecer em breve com o atacante Neymar.

No dia 27 de julho, a jovem estrela do Santos impressionou o mundo com um gol espetacular na derrota por cinco a quatro do seu time diante do Flamengo, pelo primeiro turno do Campeonato Brasileiro.

A jogada rendeu elogios até mesmo do Rei do Futebol. Para Pelé, uma placa seria pouco para homenagear o feito de Neymar. "A questão de ter ou não placa, depende de cada um. Se fosse por mim, ganharia umas cinco placas", afirmou o atleta do século.

Pura modéstia de Pelé, que pode não ter recebido cinco placas por nenhum dos seus 1.296 gols, mas foi a partir de uma jogada sua que surgiu a ideia de imortalizar esses momentos mágicos do futebol.

O gol

Foi em 1961. O Santos enfrentava o Fluminense pelo torneio Rio-São Paulo quando, aos 40 minutos do segundo tempo, Pelé marcou um gol que fez a torcida do rival aplaudir de pé.

O placar marcava 1 a 0 para o

Fotos: Divulgação



Santos quando o goleiro Laércio fez uma defesa difícil, salvando o time paulista de sofrer o empate. Logo em seguida a bola sobrou para o lateral santista Dalmo, que tocou para Pelé na entrada da área.

O Rei dominou a bola com estilo e partiu para uma corrida fantástica, cortando todo o campo até a área do rival. No caminho, deixou para trás três jogadores adversários.

Chegando na área do Fluminense, Pelé ainda driblou mais um zagueiro antes de tocar com a categoria habitual no canto direito do lendário goleiro tricolor, Castilho.

A cena do gol antológico de Pelé está apenas na memória dos que estavam no Maracanã naquela tarde. Até hoje não foi encontrado nenhum registro de vídeo do lance. No filme Pelé eterno, o cineasta Aníbal Massaini Júnior tentou reproduzir o lance baseado em relatos dos presentes. Tentativa fracassada na opinião de muitos que testemunharam o feito.

A placa

Para a sorte do mundo do futebol, um jovem repórter esportivo teve uma idéia que salvou a memória daquele gol. Joelmir Beting (atualmente, um importan-

te jornalista econômico) chegou eufórico na redação do jornal "O Esporte" depois do jogo. Ele ainda custava a crer no lance que tinha presenciado. Foi então que propôs à chefia do jornal que mandasse pendurar uma placa de bronze no Maracanã para que nunca se esquecessem do antológico gol que Pelé marcou.

A proposta foi aceita e o próprio Joelmir encomendou a famosa placa. Dias depois, a homenagem foi inaugurada no estádio com a seguinte inscrição: "Neste campo, no dia 05/03/1961, Pelé marcou o tento mais bonito na história do Maracanã". ■

O mais bonito

O curioso é que o primeiro gol de placa, na verdade, não foi o mais bonito da carreira de Pelé. Ele próprio já declarou que considera o mais bonito da carreira o gol que marcou contra o Juventus da Mooca, pelo Campeonato Paulista de 1959, no estádio da Rua Javari.

O Santos vencia o jogo por 2 a 0, ambos os gols marcados por Pelé. Não satisfeito, aos 36 minutos do segundo tempo ele recebeu uma bola cruzada da direita e deu três chapéus em três jogadores diferentes do Juventus antes de tocar de cabeça para as redes.

Coincidentemente, esse gol também não foi registrado em vídeo. E também não recebeu uma placa para preservar sua memória. No entanto, em 2006, um busto de Pelé foi construído no estádio. Uma maneira de diferenciar um pouco as homenagens, pois se fossem colocar uma placa para cada goloço feito por Pelé, certamente faltaria espaço em vários estádios pelo país.



Foto: Divulgação

Tudo pronto para o 11^o Encontro Nacional de Procuradores da Fazenda

Tradicional encontro que reúne anualmente Procuradores da Fazenda lotados em todo o Brasil ocorrerá entre os dias 17 a 20 de novembro de 2011, no Vila Galé Cumbuco, um dos mais charmosos resorts do litoral cearense



“Ética, Tributação e Desenvolvimento Econômico” são os temas centrais do evento. O SINPROFAZ pretende reunir um grupo plural de convidados para enriquecer os debates sobre os rumos da PGFN e da carreira dentro da temática proposta para o Encontro.

A Diretoria do SINPROFAZ, com apoio das assessorias que atendem ao Sindicato, está ultimando os procedimentos para montar a programação do Encontro. Por isso, sugere aos Procuradores da Fazenda que consultem regularmente o endereço www.encontrosinprofaz.com.br para acompanhar as novidades sobre confirmação de palestrantes, debatedores e outros convidados.

Inovação

O ciclo de palestras do 11^o Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional contará com uma série de inovações estruturais

e tecnológicas, com o objetivo de dinamizar as apresentações.

Após cada abertura solene, a mesa plenária dará lugar a um ambiente menos formal e mais adequado para valorizar as palestras e debates, visando maior interação com o público.

O palco terá as presenças do palestrante, de um mediador e dois debatedores. Os PFNs poderão participar diretamente do plenário, pedindo a palavra, mas também por meio de mensagens via celular (SMS), via e-mail ou Twitter, incluindo os que estiverem ausentes, mas acompanhando a transmissão pela área restrita do site do SINPROFAZ.

O Resort

Para discutir sobre os rumos da PGFN e da carreira de PFN, para participar de debates de alto nível sobre ética, política tributária e sobre o desenvolvimento de nosso

país. Enfim, não faltam bons motivos para o PFN participar do 11^o Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda nacional.

Melhor ainda, sabendo que tudo isso vai acontecer em um dos mais belos cenários da costa brasileira, onde a natureza caprichosamente harmonizou praias fantásticas, dunas, lagoas, mangues e coqueiros.

O resort Vila Galé Cumbuco fica a 33 km do centro de Fortaleza.

Para saber mais informações sobre o evento e também sobre as instalações do resort, o PFN pode acessar o site <http://www.encontrosinprofaz.com.br>.

Criado especialmente para divulgação do 11^o Encontro, o site contém informações sobre a agência de turismo responsável pelo evento, política de concessão de subsídios aos 300 primeiros Procuradores da Fazenda inscritos e detalhamento dos pacotes.



Ética, Tributação e Desenvolvimento Econômico do Brasil

Vila Galé Cumbuco - Ceará
17 a 20 de novembro 2011

SINPROFAZ



Patrocínio

Patrocínio

Patrocínio

Patrocínio

Patrocínio

Patrocínio

QUANTO CUSTA O BRASIL PRA VOCÊ?

INFORME-SE, DISCUTA, RECLAME, PARTICIPE!

SAIBA QUAL É O PESO DA CARGA TRIBUTÁRIA NA SUA VIDA



Reforma Tributária
+ Combate à sonegação
= Justiça Fiscal



VISITE O SITE

WWW.QUANTOCUSTAوبرASIL.COM.BR

Nós, do Sinprofaz, Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, acreditamos que a Consciência Tributária é o primeiro passo para que você, cidadão, tenha condições de exigir dos poderes constituídos atitudes efetivas, que reduzam o peso da carga tributária e promovam a Justiça Fiscal no Brasil. Por isso apresentamos a campanha *QuantoCustaBrasilPraVocê?* utilizando a web como canal de informação e discussão sobre a questão tributária do país.

Esta é uma campanha de responsabilidade social, sem cor partidária, cujo sucesso depende exclusivamente da participação de pessoas dispostas a fortalecer essa corrente cívica como divulgadores, geradores de conteúdo, colaboradores. Se você acha que os tributos no Brasil estão altos demais, que a sonegação fiscal realimenta este ciclo vicioso e que somente através da reforma tributária conquistaremos a justiça fiscal no país, junte-se a nós: esta campanha é sua também.

JUSTIÇA FISCAL:

QUANDO TODO MUNDO PAGA, TODO MUNDO PAGA MENOS.

A campanha *QuantoCustaBrasilPraVocê?*, além de mostrar o peso da carga tributária sobre diversos produtos e serviços, pretende promover uma ampla e democrática discussão sobre a questão dos tributos no Brasil e a necessidade de uma reforma tributária para o país.

Entre nesta campanha por uma política tributária mais inteligente e justa

WWW.QUANTOCUSTAوبرASIL.COM.BR



PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

ESSENCIAL PARA A JUSTIÇA FISCAL

Nas redes sociais, siga, manifeste-se, divulgue:



twitter@quantocusta.com.br

facebook

www.facebook.com/quantocusta



www.youtube.com/quantocustabrasil.com.br